



**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Bom dia.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a importância do sistema eSocial para unificação, simplificação, redução da burocracia e melhoria da eficiência para governo e empresas.

Esta audiência é um evento conjunto desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, aprovada por meio dos Requerimentos nº 289, de 2018, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; nº 702, de 2018, da Comissão de Seguridade Social e Família; e nº 322, de 2017, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, todos de minha autoria juntamente com o Deputado Orlando Silva. O último requerimento foi subscrito pelos Deputados Wolney Queiroz e Erika Kokay.

Convido para tomar assento à mesa os Srs. José Alberto Maia, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho; Altemir Linhares de Melo, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; Henrique José Santana, Gerente Nacional e membro do Conselho Curador do FGTS; Jarbas de Araújo Félix, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e da Secretaria de Previdência; e Jonathas Rodrigo Bitencourt Duarte, Coordenador-Geral Substituto de Administração de Informações de Segurados do INSS.

Inicialmente, informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Para acompanhá-la basta acessar a página principal da Câmara dos Deputados e clicar em "*Transmissões*" ou acessar a página da Comissão.

Comunico os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos.

Os palestrantes terão o tempo de até 15 minutos para fazerem a apresentação, não sendo permitidos apartes. Os Parlamentares que tiverem interesse em interpelá-los deverão inscrever-se previamente. A lista de inscrições ficará disponível durante toda a fase de exposição na mesa de apoio à minha direita. Encerradas as apresentações, será concedida a palavra aos Parlamentares



inscritos. Ao final do debate será concedido aos expositores o tempo de 3 minutos para suas considerações finais.

Informo, ainda, que é possível a participação da audiência e, conforme *e-mail* já divulgado, também a participação de todos que assim quiserem, pelo endereço *duvidasesocial@gmail.com*.

Antes de passar a palavra ao primeiro expositor, eu gostaria de contextualizar o porquê desta audiência pública.

Na realidade, esta questão de construção de *Big Data* hoje, ou grandes estruturas de bancos de dados, unificação de informação e barramento, eu diria que é a nova geração.

Eu me lembro que, na área da saúde, a primeira geração desses bancos de dados foi na década de 1990. Inclusive, quando surgiu a AIDS, o CDC, em Atlanta, criou um *software* sobre epidemiologia chamado Epi Info, por meio do qual se trabalhava com banco de dados e análises. À época, não havia quase nada.

A segunda geração foi a dos grandes bancos especializados. Eu lembro que até recentemente o Ministério da Saúde tinha banco de dados em Clipper, o SIA — Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS. Era preciso ter dentro do DATASUS um "clipeiro" de plantão, porque, quando o sistema dava pau, tinha que unificar. Ao mesmo tempo, já havia programa em Java, já estava sendo discutido o grande barramento do Ministério da Saúde.

Nós publicamos, em 2011, uma portaria que regulamenta os padrões de interoperabilidade. É um grande desafio, do ponto de vista internacional, garantir a unificação das informações clínicas, radiológicas, laboratoriais. Hoje, o grande desafio é como promover a unificação.

Os bancos da Receita Federal incluem todos que têm CPF, CNPJ. Os bancos do Ministério da Saúde têm os dados de todos os nascidos vivos, de todos os mortos, de todas as doenças, de todas as internações. Nós estamos falando de milhões ou bilhões de informações que são processadas. E é preciso garantir unificação delas.



Eu lembro que, na primeira geração, a grande preocupação era com as entradas, entrava tudo. Eu até brincava com o pessoal: "*Entra uma floresta de dados e sai uma floresta de dados*". Só que é preciso tomar uma decisão. Quando entra uma floresta de dados e sai uma floresta de dados, não se toma decisão nenhuma, porque sai tudo. Então, esse era o grande desafio, o que saía.

O eSocial, pelo que eu tenho acompanhado, lido, busca atender a necessidade do Governo e das empresas de unificar informações, desde 2009 até agora. Em 2014, houve um impulso grande. A ideia desta nossa audiência é exatamente para entender o estado da arte do eSocial hoje. A previsão é que, em julho, entrem 4 milhões de empresas e, em janeiro do ano que vem, entre o setor público.

E como é a relação entre Governo e empresas? O que o Governo vai considerar omissão de informação? O que vai ser produzido a partir de erros ou falhas ou *bugs* do sistema? Como unificar hoje todas essas informações? Como é que está o nível do sistema do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista do relacionamento com as empresas? E entre setores do próprio Governo? Unificação de estruturas de governo não é coisa fácil, porque cada uma tem um objeto distinto, tem um DNA diferente.

Toda vez que colocamos na cabeça que haverá um sistema, todo mundo já pensa nas regras de negócio. O cara que concebeu as regras de negócio acha que o sistema está pronto. Aí, chega a área de TI. Eu sempre digo que a área de TI é a Geni. Todo mundo joga pedra na Geni. Isso porque, quando se jogam as regras de negócio, todos acham que o sistema está pronto. Aí, quando vão colocar para funcionar, começa a surgir... E, às vezes, para um sistema amadurecer, demora um bom tempo.

Então, esta audiência é para entendermos o estado da arte, como está o amadurecimento do sistema, como o Governo está vendo isso, como está a relação com as empresas e como está o funcionamento do Grupo Confederativo do eSocial.



Nós optamos, nos requerimentos, por colocar o Governo, entendendo que não há ninguém contra nem a favor. Todo mundo entende que este é um momento histórico do estágio que estamos nessa geração de TI. A geração futura vai pensar em como isso tudo vai produzir inteligência artificial. As máquinas vão falar. Vai ser um outro momento daqui a uns 10 anos. Uma audiência pública dessa ordem vai estar num outro nível.

O que buscamos é entender o estado da arte hoje e como está a agenda para 2018 e 2019.

Registro a presença do nosso ex-Ministro e Deputado Celso Pansera.

Deputado, daqui a pouco V.Exa. vai assumir a Presidência, porque eu vou ter que sair às 11h30min.

Vamos começar as exposições.

Pela ordem, o primeiro expositor seria o José Alberto Maia, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, mas houve uma permuta.

Então, tem a palavra o Sr. Altemir de Melo, o homem da Receita Federal, que pediu para falar primeiro.

**O SR. ALTEMIR LINHARES DE MELO** - Eu gostaria de cumprimentar a todos — o Presidente, os demais Parlamentares presentes e os convidados — e de agradecer ao Deputado Odorico Monteiro o convite e a oportunidade de estar aqui para falar do eSocial, essa poderosa ferramenta de desburocratização e de simplificação das relações entre os empregadores e os órgãos de governo.

Estamos nessa jornada há um longo período e chegamos, finalmente, à fase de implantação. Estamos muito satisfeitos com o desempenho.

Deputado, eu pedi para abrir a audiência, porque eu gostaria de mostrar o eSocial dentro de um contexto maior. Nós não nos ativemos a apenas um projeto. É claro que vamos falar do eSocial, pois é esse o objetivo da audiência. Mas vamos mostrar toda uma agenda de ações e projetos que visam melhorar o ambiente de negócios do País, no qual o eSocial está inserido e do qual é um dos grandes expoentes.



---

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Trago, a princípio, uma introdução, só para contextualizar, mas vamos falar realmente sobre o eSocial.

A agenda de simplificação e integração tributária é formada por mais de uma dúzia de grandes projetos da envergadura do eSocial. Eu vou falar rapidamente sobre alguns deles, para passar essa ideia, esse contexto de todo o esforço que os órgãos de governo estão fazendo com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios do nosso País.

Essa agenda nasce basicamente ouvindo-se as demandas da sociedade, que, como nós sabemos, busca redução de custos, de tempos e de procedimentos, eliminação de redundâncias, que talvez seja o grande mote do eSocial, e simplificação e padronização de procedimentos. Essas demandas, que são conhecidas de todos os órgãos de governo, motivam e justificam os investimentos que estão sendo feitos nesses grandes projetos.

Uma segunda vertente, um segundo motivador que justifica toda essa ação, todo esse esforço que está sendo feito diz respeito à imagem do nosso País, ao ambiente de negócio do nosso País, que é refletido na pesquisa do Banco Mundial, o Relatório Doing Business. Essa é a imagem do último relatório publicado em outubro do ano passado. O nosso País, na avaliação do Doing Business, fica na posição 125ª num universo de 190 economias. Essa pesquisa mede dez áreas temáticas — abertura de empresas, pagamento de impostos, alvará de construção, registro de propriedade, comércio internacional —, por meio das quais o Banco Mundial avalia o grau de regulação de uma economia e quanto o empreendedor gasta, no caso, naquela economia, em termos de esforço, de tempo e de recursos, para conseguir cumprir as obrigações.

Então, esse quadro é totalmente incompatível com a realidade da nossa economia e com a realidade do nosso País em si. E nós precisamos melhorar. É óbvio que nós, Receita Federal, temos muitos questionamentos em relação à metodologia do Banco Mundial. Estamos trabalhando junto com a Secretaria de



Governo da Presidência da República num projeto já há 2 anos, no qual estudamos essa metodologia, conversamos com a equipe do Banco Mundial, para aferirmos todas as inconsistências que existem, a fim de que essa fotografia seja o mais realista possível.

Temos consciência de que, mesmo avançando nesse processo — e estamos avançando, temos reunido os respondentes do Banco Mundial, as entidades e órgãos que atuam em cada um desses processos, para entendermos onde temos os gargalos —, a fotografia ainda continuará sendo insuficiente. Precisamos avançar e melhorar. E é para isso que esses grandes projetos estão na pauta atual do Governo Federal.

Eu vou citar, por exemplo — esta aqui é só uma justificativa, o porquê da criação dessa agenda, o que não vem ao caso —, os projetos que estão em andamento. O principal deles é muito conhecido por muitos dos senhores, a REDESIMPLES ou REDESIM. Trata-se de uma ação liderada pela Receita Federal e pela SEMPE — Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. É um trabalho de longa data, que vem evoluindo no sentido de tornar todas as etapas de abertura, fechamento de empresas ou alteração cadastral num fluxo único, numa entrada única de documentos e dados. O objetivo é tornar, para o contribuinte, o processo mais simples, rápido e barato.

A REDESIMPLES foi criada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, e tem suas premissas: entrada única de dados, Base Nacional de Empresas compartilhada entre os órgãos, licenciamento desvinculado da regularização fundiária. Enfim, é uma simplificação muito grande nesse processo. A REDESIMPLES vem avançando muito, e nós já temos ganhos significativos nesse projeto. Já estamos na Etapa 4, e ela tem avançado significativamente.

Para os senhores terem uma ideia — vou falar do Doing Business, já que iniciei com esse comentário —, o Doing Business media em São Paulo, em 2016, o tempo de 101 dias para abertura de uma empresa de baixo risco, 90 dias era somente para



a concessão do alvará. Após a implantação da REDESIMPLES, somada aos esforços do Município de São Paulo, com um novo regramento, uma nova normatização, nós baixamos esse tempo para 3 dias, para o tipo de empresa de baixo risco. No Rio de Janeiro, o tempo era de 45 dias, baixou para 5 dias, e está sendo reduzido para 3 dias neste ano.

Então, vejam que a REDESIMPLES propicia, além do fluxo mais simplificado para o contribuinte, aos próprios órgãos e entidades que participam do processo que possam reavaliar os seus processos e torná-los mais simplificados.

Um segundo projeto que consta dessa agenda — e nós vamos ouvir falar muito dele daqui para frente — é o SINTER, que é uma revolução em termos de gestão de informações territoriais. Esse sistema está no início, estamos nas primeiras etapas. Ele envolve todas as informações territoriais do País — imóveis urbanos e rurais — dentro de um grande cadastro nacional, no qual todos os órgãos se integram. Isso vai qualificar a informação territorial, vai torná-la juridicamente muito mais eficiente, principalmente depois que tivermos o cadastro nacional de informações territoriais, um cadastro único para todo o País, e essa centralização entre os diversos serviços de cartórios que hoje atuam nesse contexto. Então, é um projeto que ainda está se iniciando, que vai demandar muito esforço dos órgãos de Governo, mas que é muito importante e vem caminhando.

Vou falar agora do Portal SISCOMEX, o Portal Único do Comércio Exterior, que também mostra grandes resultados e vai impactar a pesquisa do Doing Business de outubro deste ano, com certeza, de forma bem sensível, porque traz um novo processo de importação, um novo processo de exportação.

São 11 projetos vinculados a esse Portal Único do Comércio Exterior. Nesse eslaide mostro a evolução desse quadro desde 1993, quando tivemos o primeiro sistema eletrônico de controle do comércio internacional, o SISCOMEX básico, esse da "cara preta", como nós o chamávamos. Depois evoluímos para uma plataforma *web* e agora estamos entrando em uma janela única, num portal único, em que todos os órgãos interagem dentro desse mesmo ambiente tecnológico, num fluxo



contínuo de informações. Ou seja, toda a informação prestada na etapa anterior é aproveitada na etapa seguinte e já vai, automaticamente, gerando informações para os demais órgãos que atuam em licenciamentos e anuências desse processo.

Esse projeto também é liderado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, através da SECEX e da Receita Federal, os dois órgãos que compõem o Comitê Gestor, mas há uma infinidade de órgãos de governo que atuam nesse processo, órgãos que fazem anuências dentro do cenário.

O Portal Único mostra os primeiros resultados. Se olharmos esse demonstrativo, veremos que, tanto na importação como na exportação, tivemos uma redução de mais de 30% no tempo do desembaraço, comparando 2016 com 2017. Esse quadro, para 2018, vem sendo mais significativo ainda.

O novo processo de exportação já está em pleno funcionamento, o de importação está com alguns módulos em construção, e os órgãos vão aderindo conforme conseguem fazer a integração dos seus sistemas internos. Então, pretendemos chegar ao final deste ano com o novo processo de importação totalmente implementado.

Só para dar uma ideia, Deputado, são 11 projetos nesse Portal do Comércio Internacional. Este é um deles: o Pagamento Centralizado do Comércio Exterior. Ele simplesmente leva para dentro do ambiente do portal os pagamentos das guias estaduais do ICMS e das demais tarifas, as taxas e os licenciamentos dos órgãos anuentes. Só com a entrada do ICMS nesse ambiente, nós ganhamos 2 dias de prazo, 2 dias de redução de prazo da carga desembaraçada no recinto alfandegado.

O Operador Econômico Autorizado também é um certificado concedido aos grandes operadores do comércio internacional. Com ele, há um procedimento totalmente simplificado no recito, o desembaraço é muito mais ágil, muito mais rápido. Já temos mais de 150 empresas habilitadas, certificadas, nesse ambiente de autorização.





Antes de finalizar, senhores, eu vou falar do SPED — Sistema Público de Escrituração Digital, processo que, na visão da Receita Federal, é complementado pelo o eSocial.

É lógico que, se formos ver, o eSocial é uma construção que congrega cinco órgãos de Governo: Receita, Ministério do Trabalho, INSS, Secretaria de Previdência e Caixa Econômica Federal, como representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Mas, para a Receita Federal, ele se incorpora e fecha esse processo de digitalização das obrigações dos contribuintes com a administração tributária. Então, depois de 10 anos, nós fechamos o circuito do SPED.

Rapidamente, dentro do SPED, falando sobre simplificação, existe um outro grande projeto envolvendo os Estados. Hoje estamos com dez Estados nesse projeto-piloto. Há sete aqui, mas temos mais três Estados. O projeto visa basicamente o seguinte: pegar todas as escriturações e declarações que o Estado hoje exige em relação ao tributo estadual do ICMS, trazer para dentro de uma escrituração que já existe, a chamada EFD ICMS IPI, e substituir as suas bases de controle a partir dessa nova base tecnológica. Essa é uma construção que vem sendo feita Estado por Estado, porque necessita de ajustes nos seus sistemas internos de integração. E há toda uma legislação que precisa ser adequada. Esse estudo vem sendo feito e vai gerar um ganho enorme, em termos de tempo, para o nosso contribuinte. Nós estaremos substituindo todo um custo que ele tem hoje — o tempo para entregar as declarações estaduais: GIA estadual, SINTEGRA, DANFE e outras mais — por nada, porque ele já entrega a Escrituração Fiscal Digital — EFD. É só continuar entregando essa outra, e todo o resto será substituído.

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, dentro do escopo do SPED também, é a adoção de um padrão nacional de documento fiscal para serviços que os 5.570 Municípios vão ou podem adotar a partir dessa implantação.

O objetivo do projeto em si foi criar o ambiente nacional, o emissor público e o autorizador da nota fiscal, dentro desse padrão nacional, de forma que qualquer



Município, tendo ou não condições orçamentárias e financeiras, possa utilizar-se desse ambiente e da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Finalmente, senhores, dentro desse contexto de grandes ações que estão em curso, nós temos o eSocial, objeto da nossa audiência. Eu vou passar a palavra para quem tem condições de falar melhor do que eu, porque ele está nessa área desde o nascimento do projeto. Trata-se do colega Maia, que vai me suceder aqui. Ele vai poder esclarecer melhor o assunto. Depois vamos ficar disponíveis para os questionamentos que, eventualmente, os senhores tiverem.

O eSocial vem dentro desse escopo de grandes esforços que o Governo vem fazendo. Eu só gostaria de salientar que essa agenda é importante porque, mesmo num momento de dificuldades orçamentárias pelo qual passamos — nós Governo, órgãos de Governo —, esses projetos mantêm os seus cronogramas. Nós mantemos todo um esforço interno para que consigamos manter as entregas programadas para cada um desses projetos, porque sabemos da relevância e da importância que eles têm para a sociedade brasileira.

Deputado, muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Eu que agradeço. Acho que é importante contextualizar esse ecossistema de integração do Governo Federal.

Passo a palavra para o Sr. José Maia, do Ministério do Trabalho.

**O SR. JOSÉ ALBERTO MAIA** - Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Deputado.

Primeiramente, quero parabenizar a Câmara dos Deputados por esta iniciativa que é muito importante neste momento do desenvolvimento e da implantação desse projeto. Foi boa a inversão na pauta, pois o Altemir já explicou para nós o que é o eSocial dentro de um contexto maior, e agora podemos fazer esse nivelamento.

Eu estou muito feliz com a plateia. E eu diria que aqui não temos testemunhas do que vamos dizer aqui, nós temos copartícipes. Na verdade, a grande maioria dos



presentes participa do desenvolvimento desse projeto. Para isso, eu vou fazer uma explanação muito rápida e tentar ser objetivo.

Com relação ao escopo do projeto, ao alcance e ao impacto, essas são informações que a maioria das pessoas já têm. Estamos numa audiência pública, que é uma oportunidade ímpar de ressaltarmos as características do projeto e, talvez, uma das características mais importantes, quando expusermos aqui o modelo de gestão desse projeto, que o caracteriza de fato como um projeto de construção coletiva.

O Deputado Odorico Monteiro disse algo que me chamou atenção: que o eSocial não tem os que são a favor e os que são contra ele, porque o eSocial é, de fato, fruto de um consenso. Se o resultado é polêmico e pode gerar alguma dúvida, esse resultado, por meio dessa forma de gestão coletiva, tende a evoluir e a chegar a um ponto melhor. Mas, se há um consenso, é com relação à necessidade de mudarmos o modelo que nós temos hoje. O eSocial surge dessa necessidade.

O Altemir também deu ênfase à análise dos números relativos aos nossos índices de produtividade, sobretudo em relação à prestação de informação. Eu acho que o eSocial vai ser um divisor de águas, um marco em relação à nova era por que vamos passar principalmente no mundo e na vida do trabalho.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu faço um brevíssimo histórico só para dizer que o projeto começou, de fato, no final de 2010. Em seguida, houve a entrada dos demais entes, ainda no nascimento dele, e uma mudança muito substancial no escopo do projeto. Era um projeto que visava simples e unicamente a substituição da GFIP e da folha de pagamento das empresas. Com a entrada dos demais entes, ele possibilitou ou amplificou muito as possibilidades de simplificação e de melhoria dos ambientes de trabalho e de negócio no País. Se o escopo era somente o de se substituir a folha de pagamentos naquele momento, nós passamos a poder fazer uma simplificação muito maior do projeto.



Com relação à situação em que se encontra o eSocial hoje — muitas pessoas duvidaram que ele pudesse ser implantado —, ele se encontra em situação de implantação. Esta é a fase do projeto: ele está sendo efetivamente implantado. No final desta apresentação, eu faço uma demonstração de como está sendo feita essa implantação. Essa é a situação em que se encontra o projeto.

Este eslaide é para mostrar os entes que participam do desenvolvimento do projeto. E essa estrutura, por si só, já caracteriza uma mudança de paradigma, que é essa construção coletiva, como bem disse o Deputado, que são quatro seres, eu diria, de planetas distintos, com interesses distintos, que se dispuseram a trabalhar juntos para simplificar e racionalizar a forma de prestação de informação do País. Isso já caracteriza uma disposição de se construir conjuntamente.

Porém, o mais importante é conhecer a estrutura de gestão do projeto. Há o Comitê Diretivo, que é aquele que vai expedir as normas para o público e é composto pelos secretários executivos dos órgãos; o Comitê Gestor, composto por um representante de cada ente, que está lá para discutir e fazer com que o projeto possa se colocar de pé.

Com relação a essa estrutura de gestão, este eslaide visa destacar especificamente a participação da sociedade nesse projeto. Houve, desde 2014, a criação de um GT confederativo, com a participação de todas as confederações. Estamos com a nossa 26ª reunião marcada para a próxima sexta-feira, daqui a 8 dias. Isso caracteriza como nós temos levado esse projeto e discutido o projeto com a sociedade. O quanto temos é resultado desse esforço comum. Há um consenso acerca da necessidade de mudança e há uma escolha conjunta sobre qual caminho devemos tomar para chegar a isso.

Com relação ao alcance, eu acho que a maioria já sabe que o eSocial é apenas uma nova forma de prestar as informações que já são prestadas hoje. Não há uma informação no eSocial que esteja sendo pedida que já não seja prestada hoje a esses órgãos governamentais por meio de outras obrigações, mas é por onde vão passar todas as informações do mundo do trabalho. E não só, como alguns pensam,



com relação aos celetistas: inclui todos nós, os estatutários, os estagiários, os trabalhadores avulsos. Costumamos dizer que onde houver uma gota de suor, onde houver trabalho, vai haver eSocial.

Além disso, sabemos que isso impacta todas as empresas do País. *"Eu sou uma pequena empresa, não tenho empregados."* Mas você contrata o trabalho de alguém, você tira *pro labore*, então é algo que vai alcançar todas as empresas do País.

Destaco dois setores muito importantes, que são copartícipes desse projeto, sem os quais nós não teríamos chegado aonde chegamos. São os setores de TI — temos a BRASSCOM conosco e temos a FENACON, participando ativamente —, pois se trata de um sistema de TI. Sem esse braço, nós não conseguiríamos evoluir. Temos também a categoria dos contadores, com o Conselho Federal de Contabilidade — CFC, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas — FENACON, os Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas — SESCONS. Todas essas entidades participam ativamente desse projeto. É fundamental que nós destaquemos a participação dessas entidades.

Com relação à eliminação de obrigações, à simplificação que virá a partir do eSocial, nós podemos destacar estas obrigações antecipadamente, ou seja, de início. Se antes — e era o escopo do projeto inicial, chamava-se na época FOPAG — se iria substituir apenas a folha de pagamento e a guia de recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social — GFIP, hoje, depois que nós conseguimos agregar todos esses entes, poderemos substituir Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, a Relação Anual de Informações Sociais — RAIS, o livro de registro, a Comunicação de Acidente de Trabalho — CAT, a comunicação de dispensa, a carteira de trabalho, o Perfil Profissiográfico Previdenciário — PPP, a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais — AIDF, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais — DCTF, enfim, um mundo de obrigações



que vamos poder simplificar a partir dessa padronização da prestação de informações.

Para que nós vejamos de forma muito rápida qual foi o norte, o que embasou a equipe de desenvolvimento desse projeto para construir a proposta que hoje está aí, que está sendo implantada, nós partimos da análise do cenário atual. E este é o cenário atual, o cenário de consenso é este: você tem algum preposto da empresa tentando cumprir com um mundo de obrigações, relativamente irracionais. E o pior de tudo é que essas informações não são boas. São caras, dão trabalho. Gasta-se tempo com elas e não se gera uma informação de qualidade.

Para nós propormos algo que viesse a fazer a substituição do processo, analisamos o contexto e vimos, primeiro, que nesse cenário há diversas formas de se prestar as informações. A primeira coisa que se necessitava mudar era esta: tínhamos que fazer uma padronização, para que todas as informações fossem prestadas de maneira única. Quem souber prestar a informação dessa maneira pode informar e vai conseguir prestar todas as informações. Não mais há necessidade de haver um especialista em RAIS, de um doutor em CAGED, daquele profissional que na empresa é quem sabe trabalhar com a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte — DIRF. A partir de agora, o eSocial é o único caminho, padronizado, para a prestação da informação.

Outro ponto muito importante para chegarmos à simplificação foi acabar com a multiplicidade da prestação de informações. Hoje, uma informação é prestada diversas vezes ao Fisco. Eu dou como exemplo, por achar mais ilustrativo, a data de admissão de um trabalhador. Quando se admite um trabalhador, isso é dito na carteira de trabalho dele, no livro de registro, no CAGED, na RAIS, na DIRF, em todos os cantos. Com frequência, sequer as informações são as mesmas. Não há por que haver isso. Portanto, estudou-se todo o modelo e se viu o que está sendo prestado em multiplicidade, e se reduziu. A partir de agora — isso pode ser observado no eSocial —, cada informação é prestada uma única vez.



Um terceiro ponto que chamava atenção era a intempestividade na prestação das informações. Muitas informações são prestadas quando já não têm mais tanta utilidade. Chegam atrasadas. Cito como exemplo alguns casos em que, quando a empresa informa ao INSS que houve o afastamento, o sujeito já recebeu o benefício. Quando a informação chega, só falta o INSS dizer: *"Eu já estou sabendo de tudo isso. Ele já veio aqui, eu já estou sabendo. Ele está afastado, e eu já estou prestando o benefício. E você está gastando tempo, dinheiro e esforço para prestar uma informação que nós consideramos intempestiva"*. A solução para isso é tornar mais tempestiva a prestação das informações. Esse foi o terceiro ponto que nós atacamos.

O quarto ponto, muito crítico, é a qualidade da informação. Não adianta nós pegarmos uma informação de forma padronizada, sem multiplicidade, tempestivamente, se a informação estiver errada. Então, o eSocial faz um esforço muito grande para minimizar os erros, no que é possível, na entrada da informação, para que seja correta. Esse é um esforço muito forte.

Isso, contudo, traz uma responsabilidade muito grande para o prestador da informação, porque vai implicar uma mudança substancial na forma de se trabalhar. Hoje, é possível dizer que se cumpriu com sua obrigação prestando a informação de qualquer jeito. Como o eSocial só vai receber a informação se o sistema compreender o que está sendo dito, isso vai trazer uma responsabilidade muito grande, mas esse é o preço que se paga para se elevar a qualidade das informações que são prestadas.

Em suma, é isto o eSocial, é apenas isto: uma nova forma de pedir as informações. É esta a definição do eSocial. Agora, é uma forma padronizada, que elimina a redundância, é mais tempestiva e traz uma informação de melhor qualidade. É este o modelo, em detrimento daquele outro no qual o sujeito fica maluco tentando cumprir aquelas diversas obrigações. A empresa vai estar no lugar dela, cuidando do seu negócio, pensando nos seus objetivos, e vai prestar as informações de forma padronizada, por um caminho único.



Conhecer o eSocial é conhecer de que forma essa informação vai ser prestada, é conhecer como essas informações ficarão guardadas, quem poderá fazer uso delas e como. Conhecer o eSocial é conhecer o arquivo que tem que ser mandado, o formato dele, e quais as regras de validação a que ele será sujeito para ser aceito. Isso é conhecer o eSocial: saber que informações devem ser mandadas e como elas serão aceitas ou não pelo eSocial, saber como se pode gerar esses arquivos e em que tempo é preciso prestar essas informações.

Esse é um resumo do modelo do eSocial, de como vai ser a prestação das informações a partir da implantação desse projeto.

E este é o cronograma final, com o qual estamos trabalhando hoje.

Aproveito esta grande oportunidade para acabar com o mito corrente de que o eSocial já foi adiado diversas vezes. Já fiz algumas enquetes, e não falta quem diga que o eSocial já foi adiado dez ou doze vezes. O eSocial só foi adiado uma única vez, só uma vez houve uma resolução dos Ministros alterando a entrada do eSocial. Tivemos que rever isso, muito mais em função de que o projeto conseguisse se colocar de pé, com todos. A natureza do projeto é de construção coletiva, não é nada de cima para baixo. Isso é fruto de uma construção conjunta com esses entes a que nós fizemos referência.

O cronograma é este, dividido em três grupos. No primeiro grupo estão as grandes empresas, e a implantação já começou, desde janeiro deste ano. As demais empresas começarão a partir de julho deste ano e os órgãos públicos, a partir de janeiro do ano que vem. Este é o cronograma vigente, foi assim que escolhemos. Para que conseguíssemos fazer essa implantação de forma mais cautelosa e com menor risco, nós fizemos essa implantação por fases, separando grupos de eventos a serem prestados. Esse modelo de implantação foi construído em conjunto. Tem funcionado bem até hoje, e sabemos que vai continuar funcionando muito bem.





Essa era a apresentação e o nivelamento que fizemos com relação ao Projeto eSocial. É muito importante que todos tenhamos essa noção, que nos aproximemos e nos apropriemos desse projeto.

Eu sempre faço uma referência a esse projeto. Eu nunca, na minha vida de cidadão neste País, passei 7 anos em que tivesse havido tanta mudança de toda sorte, seja na estrutura administrativa do Estado, seja em como se organizar. E esse projeto não pegou cor de partido, porque é um projeto da sociedade e é um projeto de Estado. Por isso, ele se manteve de pé e tem hoje esse nível de patrocínio. Estamos aqui com os colegas da Casa Civil, que monitoram esse projeto diuturnamente, que nos acompanham e nos dão seu patrocínio. Nas instâncias estratégicas de cada casa, vamos ver a importância desse projeto e o nível de patrocínio.

Eu espero que todos se apropriem desse projeto, para se tornarem conosco multiplicadores. Assim, será transposta a implantação, que é uma época de turbulência, e chegaremos do outro lado da melhor forma possível.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. José Alberto Maia.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Henrique José Santana, Gerente Nacional e membro do Conselho Curador do FGTS.

**O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA** - Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Odorico Monteiro. Cumprimento V.Exa., a Mesa e os demais presentes.

Vamos privilegiar o momento das perguntas, que se fará posteriormente. Por isso, vamos fazer uma explanação mais rápida.

Para poder conectar o eSocial com a relevância dos seus impactos nas questões tributárias, o que foi muito bem produzido e construído, conforme apresentação do Altemir, e com a essência da sua construção e como nos preparamos para estar na fase atual do projeto, com sua estrutura básica, conforme o Maia conseguiu construir, é preciso que se entenda também como o projeto se



conecta aos grandes fundos, aos grandes benefícios e às questões — às quais vamos nos referir — relativas ao Fundo de Garantia.

Quando entrou no projeto o Fundo de Garantia, tivemos clareza de que essa seria uma grande oportunidade de conseguir insumos imprescindíveis para movimentarmos o FGTS. De que tamanho é esse Fundo de Garantia? Não podemos deixar de ressaltar, nesta oportunidade, que o Fundo de Garantia é o maior fundo privado da América Latina, com um patrimônio atual de 505,6 bilhões de reais.

Esse é o Fundo de Garantia, com os processos essenciais à sua operacionalização. O recolhimento, o pagamento e a manutenção das contas vinculadas dependem das informações a serem prestadas e coletadas nesse canal extremamente relevante que está sendo disponibilizado, que é o eSocial. Esse canal já serve, já irriga os processos do FGTS desde quando conseguimos implementar, utilizando essa metodologia, o recolhimento dos empregados domésticos no FGTS. Deputado Odorico Monteiro, só essa ação em cima do eSocial fez com que pudéssemos contemplar e beneficiar 1,2 milhão de trabalhadores domésticos. Mais de 1 milhão de trabalhadores domésticos já foram contemplados e beneficiados pelo eSocial. Esse é o tamanho, essa é a dimensão dos números.

Ao fim desta audiência de 1 a 2 horas, Deputados, o Fundo de Garantia vai ter pago de 13 mil a 14 mil trabalhadores. A cada 10 minutos, o FGTS paga mil pessoas. Essa é uma máquina que funciona diuturnamente, gerando benefícios aos trabalhadores e possibilitando o cumprimento das aplicações por parte dos empregadores.

Hoje, o Fundo tem uma carteira de financiamento de algo perto de 260 bilhões de reais. A previsão é que investiremos na economia brasileira, em 2018, algo perto de 70 bilhões de reais, gerando investimentos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.



Isso tudo é feito dentro da estrutura da Caixa, uma empresa com mais de 150 anos, que investe fortemente no seu corpo de empregados. Somos hoje mais de 80 mil empregados, e parte desses empregados estão dedicados exclusivamente ao tratamento do Fundo de Garantia, com cerca de mais de 80 mil pontos de atendimento, para poder viabilizar todos esses atendimentos aos trabalhadores e aos empregadores.

E por que existe um casamento ideal entre o FGTS do eSocial? Porque era intenção muito forte nossa buscar privilegiar a experiência do cliente, e a experiência do cliente é olhar a possibilidade de construir processos que de fato possam beneficiar, facilitar todos os entes envolvidos. E aí, claramente, o eSocial é uma ferramenta, é um instrumento, é um modelo que vai viabilizar e garantir os direitos dos trabalhadores, simplificar as obrigações da parte dos empregadores, além de qualificar, como foi muito bem apresentado pelo Maia, as informações presentes.

No curso da experiência de todos os membros que compõem esse projeto — o Comitê Gestor do eSocial, bem como todos os presentes que de alguma são copartícipes do projeto —, enfim, no conjunto de experiências de todos esses atores envolvidos, sabemos que, em um projeto dessa magnitude, era preciso elaborar alternativa que viesse a atender as necessidades das empresas, mas que também pudesse garantir, de forma autêntica e adequada, cada um dos fundos, ou dos benefícios, ou das questões tributárias ali envolvidas.

Entendemos que um projeto como este vive três fases distintas, complementares e igualmente relevantes. Precisamos de uma primeira fase, uma fase de planejamento. E envolvemos fortemente todos nesse planejamento, em que se fez a modelagem. Nessa fase, modela-se todo o processo de mudança que vai ser implementado e se faz todo o envolvimento, a sensibilização de todos os entes que precisam estar envolvidos nessa mudança. Nisso, a participação do Comitê Gestor e a participação do Governo foram extremamente relevantes.



Essa foi uma fase árdua, em sua construção, mas sabemos hoje que passamos pela fase com muito êxito, porque, como foi citado pelo Maia e pelo próprio Deputado na abertura desta solenidade, não há discussão sobre a relevância desse processo do eSocial. Isso foi fruto dessa primeira fase.

Estamos praticamente concluindo a segunda fase de implantação do contexto do eSocial. Depois do desenvolvimento do planejamento, o projeto entrou em fase de construção. Hoje, praticamente todas as etapas, tanto as do lado dos tratamentos internos de cada órgão como as dos empregadores, em especial, já estão com o estágio de construção das ferramentas bem avançado, estando algumas, inclusive, em uso pelo próprio faseamento citado pelo Maia.

Agora iniciamos, a partir do primeiro semestre deste ano, uma fase extremamente importante. Não é por ser a última que é menos importantes que as demais. Trata-se da fase de maturação desse modelo. Isso se deu na qualidade do que foi normatizado e direcionado pelo Comitê Diretivo do eSocial no cronograma atual, que foi apresentado pelo Maia.

Sabemos que um processo de maturação como este passa necessariamente por algumas etapas. Há uma etapa da experimentação, assim como é extremamente importante para esse processo que existam marcos regulatórios, pois não existe um processo de maturação que não seja sustentado em marcos regulatórios, ou seja, em prazos, em datas para serem alcançadas. E não existe um processo de maturação que possa abrir mão de um acompanhamento.

Na experiência que tivemos com outros projetos dessa magnitude de que pudemos estar à frente, como a implantação do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social — SEFIP, vimos que um processo de maturação de um modelo como este passa também pelo uso do bom senso, pois o bom senso dá a condição natural para encontrarmos os caminhos adequados para eventuais sintonias finas que precisam ser feitas numa modelagem dessa envergadura, que estamos implementando. Esses pontos têm sido presentes em todas as discussões e temos conseguido caminhar.



Tenho que fazer aqui um registro de reconhecimento, reconhecimento de tudo que já foi construído até então. Chegar ao estágio a que estamos, tanto do lado do Governo quanto do lado da iniciativa privada, é algo que realmente merece o reconhecimento de todos os envolvidos. Num prazo de 7 anos, não existem registros de alterações dessa monta, que possam ter atingido o estágio atual do projeto, que hoje já reconhecemos por meio do eSocial. Portanto, acho que todos precisam estar muito cientes do quanto já foi feito, de fato.

Mas, como já citamos, um processo de mudança não acaba no estágio da construção. Agora, de igual forma, temos que continuar com esse envolvimento de todos os entes — o Governo, todos os órgãos presentes, as próprias empresas. Este é um momento em que, juntos, realmente temos um grande desafio, o desafio de começar a materializar com mais intensidade o uso dessa nova ferramenta, que muito irá facilitar a vida das empresas. Então é nessa linha, Deputado, que queremos mostrar a relevância do eSocial para o operacional do Fundo de Garantia, essa máquina que nós citamos, que movimenta os pagamentos do FGTS, a arrecadação de quase 10 bilhões de reais todos os meses. Ela depende muito do sucesso, que, temos certeza, será construído com a implantação do eSocial.

Eram essas minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Henrique.

Passo a palavra imediatamente para o Jarbas de Araújo Félix, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e representante da Secretaria de Previdência.

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Bom dia a todos e a todas.

Estamos aqui com a missão de falar sobre o eSocial. Uma das coisas boas que temos aqui é ver tantos rostos conhecidos. Sempre estamos juntos. A outra coisa é que nós estamos aqui com a missão de mostrar à sociedade qual é a dimensão do eSocial.

No eSocial para a Previdência, no qual eu estou inserido, nós estamos tratando da parte do SST e da parte também dos órgãos públicos. Mas hoje o que nos traz aqui é a iniciativa privada, que está sendo a protagonista, a razão por



estarmos fazendo a integração dos nossos dados no contexto de órgãos, Governo e sociedade.

Quanto aos números, já temos 13 milhões de trabalhadores registrados no eSocial e também temos as empresas, em número menor; 13 mil empresas que estão no contexto da primeira etapa.

A segunda etapa começa em julho, e depois haverá outra etapa no início de 2019. Esse é o cronograma atual, como foi dito pelo José Alberto Maia.

Então, estamos aqui para que os senhores possam nos consultar. Como isso está sendo feito? Foi falado do Fundo de Garantia. Provavelmente, o Jonathas vai falar um pouco sobre os benefícios, sobre a visão do INSS com relação ao eSocial. Temos certeza de que sairemos daqui com mais uma etapa vencida e mais uma etapa de reconhecimento de como isso vai ser bom para a sociedade como um todo. Ratificando o que nossos amigos disseram, nós não estaríamos aqui se não estivéssemos unidos. Nós estamos aqui unidos, não estamos aqui somente de um lado o Governo e de outro lado a iniciativa privada. Nós estamos aqui para a melhoria desse ambiente, tanto de negócios quanto de conhecimentos do trabalhador e das empresas dentro do contexto da sociedade, dentro do contexto do Governo.

Nós agradecemos a oportunidade, agradecemos ao Deputado, à Comissão por podermos estar aqui falando com vocês e por poder esclarecer alguns pontos que porventura não estejam muito claros. Esta é a nossa intenção aqui no momento desta audiência pública.

Obrigado pela paciência.

**O SR. CELSO PANSERA** (PT - RJ) - Já que o senhor foi muito rápido, e isso é bom, gostaria de perguntar o seguinte: são três etapas?

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Sim, senhor.

**O SR. CELSO PANSERA** (PT - RJ) - Sobre a perspectiva de empresas e trabalhadores em cada etapa, é possível me responder?



**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Sim. Na primeira etapa, são 13 mil empresas, onde há aproximadamente 15 mil trabalhadores, sendo que...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Milhões. Perdão, desculpem, desculpem. Estão vendo? É bom estarmos em conjunto. *(Risos.)*

A ideia então é que nós tenhamos esse número de trabalhadores na primeira etapa. A etapa seguinte vai abranger o restante dos trabalhadores, que são da ordem de 40 milhões a 50 milhões de trabalhadores. Por que eu falo de 40 milhões a 50 milhões? Porque nós estamos ainda na etapa de começarmos a entrar com essa perspectiva.

No que diz respeito à quantidade de empresas — o Altemir pode me corrigir, se ele quiser falar—, são de 4 milhões a 5 milhões de empresas. É isso?

**O SR. ALTEMIR LINHARES DE MELO** - Sim, no último levantamento que nós fizemos, há 4 milhões e 88 mil empresas em situação ativa que efetivamente estão hoje adimplindo com as declarações no Brasil.

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Com a entrada dos órgãos públicos, nós teremos mais, em janeiro de 2019.

Entraremos com os órgãos públicos que estão na base de quase 2 milhões de trabalhadores, contando com o Governo Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Todos ao mesmo tempo, ou primeiro o Governo Federal, depois os Estados e os Municípios? Como vocês estão pensando o escalonamento interfederativo?

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - A princípio, o que está hoje no cronograma é todo mundo junto — é assim que está hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Passo a palavra imediatamente para o Sr. Jonathas Rodrigo Bitencourt Duarte, Coordenador-Geral de Administração de Informações de Segurados do INSS.

**O SR. JONATHAS RODRIGO BITENCOURT DUARTE** - Bom, vou reforçar a importância do eSocial como ferramenta de interoperabilidade do Governo Federal



e falar dos problemas que ele visa a resolver, seja da perspectiva dos órgãos envolvidos, seja dos benefícios que ele traz em relação à apropriação da informação para o próprio INSS.

Como o pessoal comentou, temos desafios que o eSocial visa resolver. O primeiro desafio é resolver a multiplicidade da entrada de informações que temos. A mesma informação está sendo prestada por vários canais diferentes, de maneira redundante. Há informações que às vezes não se comunicam entre si.

A tempestividade é outro ponto. Por que as informações são prestadas para órgãos diferentes em tempestividades distintas? O Ministério do Trabalho recebe em determinada época, o INSS pode receber só no momento em que a pessoa for numa agência apresentando, por exemplo, aquela informação em papel, porque nós não recebemos essa base ou alguma coisa do tipo.

Outro problema é a questão da qualidade, porque afeta centralmente a utilização desses dados para o Governo. Quando falo de qualidade, estou falando também do formato dos dados. Como as obrigações até então eram todas separadas, o que ocorria? Por exemplo, a informação sobre a data de admissão ou alguma informação específica sobre a remuneração era prestada para a Receita Federal em um nível de detalhamento, mas o Ministério do Trabalho precisa dessa informação em um nível de detalhamento diferente e o INSS precisa dessa informação em outro nível de detalhamento diferente. Então o fato de os formatos de um mesmo dado serem diferentes às vezes dificulta a apropriação dos dados por outro órgão. O processo que está desenhado hoje, antes do eSocial, visa às vezes a atender a uma necessidade específica do órgão que é o gestor direto daquela informação, mas de uma forma que essa informação não pode ser aproveitada, não pode ser utilizada por outros órgãos.

Outro ponto que está bastante relacionado também é a questão da comunicação entre os órgãos. Muitas vezes essa falta de comunicação entre os próprios órgãos, a própria incompatibilidade de informações prestadas ou as divergências de entendimento acabam fazendo com que a pessoa, o cidadão tenha





o ônus de pegar a informação em um papel e levá-la de um órgão a outro. Então às vezes nós dificultamos, colocamos esse ônus para o próprio cidadão, pela falta de comunicação entre os próprios órgãos, seja pela dificuldade sistêmica, pelo fato de sistemas em si não conversarem, seja por essa questão de o formato dos dados ser diferenciado também.

Para esses problemas como a multiplicidade de entradas, a tempestividade inadequada das informações, a baixa qualidade dos dados em algumas situações e a falta de comunicação entre os órgãos, o eSocial surge como uma solução, na medida em que, ele simplificando todas essas obrigações, primeiro o empresariado vai prestar esses dados uma única vez para o Governo, bem como os empregadores, no caso dos domésticos. Eles não estão prestando dados mais para a Caixa, para o Ministério do Trabalho, para o INSS, etc. Eles estão prestando informações para o Governo uma vez só, em uma plataforma única.

A questão da construção conjunta do eSocial também é um grande benefício, porque, nesse processo pelo qual nós passamos nesses 7 anos, 8 anos, de desenvolvimento do projeto, até chegar ao ponto atual, houve bastantes divergências entre os órgãos, que acabaram sendo unificadas, na medida em que nós precisamos construir um *layout* único de informação, que atendesse todo o mundo. Com isso nós resolvemos vários conflitos entre os órgãos em questão de entendimento, tratamento de alguma informação, e chegamos a uma solução unificada.

Então o eSocial, na prática, é um projeto social em sua própria origem, tanto no sentido de ele visar à própria sociedade, trazer benefícios para a sociedade como um todo, quanto no sentido de forçar esse diálogo entre os órgãos também e trazer resultados bastante positivos em relação a isso.

Trata-se de um projeto que não tem paralelos no mundo em relação à dimensão da complexidade de integração que estamos desenvolvendo, pelo menos na questão fiscal, tributária, de administração pública de modo geral, e, de certa forma, é a efetivação da interoperabilidade no Governo Federal, quer dizer, ao invés



de transferir esse ônus para o cidadão de buscar informação em um órgão e levar para outro, levar para outro, levar para outro, nós estamos assumindo isso como um ônus, como uma necessidade do próprio Governo de conhecer aquele cidadão e repassar as informações diretamente para os órgãos que delas precisam. Com isso, nós trazemos melhorias não só para a empresa, com a simplificação toda das prestações, mas também para o Governo, por todos estarem falando a mesma língua. Então, quando eu estou falando de uma remuneração, de uma data de admissão, eu estou falando no mesmo formato que o Ministério do Trabalho está falando, no mesmo formato que a Receita está tratando. Também traz benefícios para os próprios trabalhadores em relação à alimentação do cadastro deles perante o Governo.

No caso do INSS, especificamente, há a qualificação da informação e a prestação mais tempestiva dos dados, possibilitando uma redução de fraudes, na medida em que se tem um cadastro mais qualificado, e um risco menor de alguma inconsistência que cause uma concessão indevida, na medida em que se tem dados mais detalhados para conceder o benefício. Isso traz mais amparo e mais segurança para o servidor nesse processo.

Também uma seara em que o INSS está entrando bastante agora é a questão da automatização dos processos. Vocês devem ter visto na mídia recentemente que o INSS implantou a modalidade de requerimento *on-line* de aposentadoria por idade e de salário maternidade. Acho que começou no dia 21 de maio, e já estamos vendo resultados bastante positivos nesse sentido. Anteriormente, a pessoa tinha que fazer um agendamento, comparecer a uma agência para apresentar documentos e depois ainda aguardar a análise do seu processo. Agora a pessoa está tendo uma resposta muito mais rápida e muito mais simples a esses pedidos, graças a essa integração de informações que se está construindo. Pelos dados que temos até agora, mais de 15 mil benefícios já foram concedidos desde 21 de maio automaticamente. E até mesmo para os demais benefícios de salário maternidade e aposentadoria por idade que não entraram nessa modalidade, a própria análise



ficou muito mais simplificada para o servidor, porque, ao invés de ele ter que analisar todo o processo, nos casos em que não conseguimos automatizar completamente, ele terá que analisar simplesmente as pendências que surgirem. Então, ele não terá que analisar todo o processo, como era antes. Ele regulariza só aquela pendência cadastral e, no momento em que ele a regularizar, o benefício é encaminhado automaticamente para concessão.

Ainda é cedo para avaliarmos os resultados disso, mas já é bastante expressivo tornar desnecessário que 15 mil, 16 mil pessoas fossem às agências para fazer a solicitação. Na verdade, a quantidade de requerimentos que tivemos foi maior, mas 15 mil, 16 mil pessoas tiveram o reconhecimento automático, o que é uma coisa bastante boa.

E para o INSS essa questão da maior tempestividade da informação é outro ponto que também traz benefícios. Hoje, no próprio eSocial doméstico, nós fizemos um teste com uma servidora. No momento em que ela informou o eSocial da empregada dela no *site* do eSocial, em coisa de 5 minutos essa informação já estava apropriada no nosso sistema. Ela foi replicada do SERPRO para o DATAPREV, processada, e já caiu no extrato da empregada. Às vezes, quando nós recebíamos essa informação via guia de pagamento, ela podia levar 4, 5 dias para chegar. Então, passar de 4 dias, 5 dias para receber um dado para o ponto de recebê-lo em 5 minutos é uma coisa fantástica.

Em relação à fase atual do projeto, e já me encaminhando para as palavras finais, como foi dito aqui, os órgãos estão bastante preparados. O INSS desenvolveu a parte necessária para a apropriação das informações dos demais empregados que estão para vir, já recebeu os dados dos empregados domésticos, e está agora em fase de homologação a implementação do sistema, para que isso esteja casado com a efetiva entrada em produção.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Jonathas.



Eu vou passar a palavra ao Deputado Celso Pansera, para que faça algumas considerações e questionamentos, e, em seguida, S.Exa. virá presidir a continuidade dos debates.

Também temos várias demandas feitas por escrito aos nossos convidados.

Por favor, Deputado.

**O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ)** - Eu quero aproveitar, já que depois tenho que assumir a Presidência, para fazer alguns questionamentos, como um dos autores do requerimento. Vou fazer uma pequena rodada, e eu tenho certeza de que um bocado de coisa que está ali também já será respondido, porque eu tenho a sensação de que as dúvidas são muito parecidas.

Primeiro, eu acho que não há dúvida em relação ao mérito do processo e à correção em não mudar os prazos. Entretanto, temos que fazer algumas mediações talvez das implicações que isso tem com os diversos atores que se envolvem nesse processo.

Também temos que registrar a aprovação da lei de sigilo de dados aqui na Câmara e de manipulação e uso de dados na Internet e a criação de uma autoridade. Acredito que, depois que o Senado aprovar essa lei e ela entrar em vigor, poderemos pensar em como incluir o eSocial e também, nesse contexto, incluir as informações do Tribunal Superior Eleitoral, do SUS, do Bolsa Família. Poderemos fazer um grande banco de dados público brasileiro, com um conjunto de informações, que dialogue com as mesmas linguagens, e isso, com certeza, ajudará no funcionamento da máquina pública.

Mas eu queria questionar algumas coisas. Primeiro — ficaria a cargo dos representantes do INSS e da Caixa Econômica —, qual é a diferença entre o papel do SERPRO e o do DATAPREV dentro desse contexto? Por que a guia do FGTS será emitida num aplicativo em separado do conjunto do eSocial? O que levou a essa decisão da Caixa Econômica Federal?

Segundo, no caso das empresas do primeiro grupo, que se não me engano são as com faturamento superior a 78 milhões de reais, conforme informações que



nos foram passadas — são 13 mil empresas e 15 milhões de trabalhadores —, como ficam as empresas que não conseguiram concluir ainda esse processo de inserção das informações? Como ficam os fornecedores dos *softwares*? Qual é a divisão de tarefas e a responsabilidade de cada um deles? E há o problema das obrigações acessórias. Particularmente, acho que, para os contadores, é um grande problema. A Receita Federal...

Nós temos aqui um projeto, que foi apensado a um projeto do Senador Francisco Dornelles, que trata da redução das multas por obrigações acessórias. Nós não conseguimos fazê-lo andar, porque, claramente, o Governo trava a tramitação do processo.

Num momento como este, vemos como é importante rediscutirmos o tamanho e a aplicação da multa por obrigações acessórias, principalmente para as empresas de contadores e os contadores. Então, como fica isso? Serão autuados nessa primeira etapa? Haverá algum tipo de prazo para responderem a isso, para se adaptarem ao sistema? Chegou para nós a informação de que muitas empresas têm dificuldades, porque há certa instabilidade no sistema — o SERPRO, se não me engano —, que trava e fica segundos ou até minutos fora do ar, e é preciso retomar o preenchimento daquele conjunto de formulários. Isso pode levar à ocorrência de informações erradas ou redundantes e à falta de informações.

Nessa segunda etapa, as empresas estão preparadas para isso? Os fornecedores de *software* estão preparados para isso? O SERPRO está preparado para receber esse volume de informações? Capacidade é sempre DATAPREV, não é? Há capacidade de processamento e de armazenamento desse conjunto de informações? Pelo que eu ouvi aqui, estamos falando de 4 milhões de empresas e algo entre 40 e 50 milhões de trabalhadores. É volume de informação enorme fluindo de um lado para o outro! E como ficam essas ocorrências? O SERPRO e a DATAPREV estão preparados para algum tipo de linha de registro dessas ocorrências, para identificar se o problema está no *software* ou no sistema do SERPRO, dada a sua capacidade de processamento e de armazenamento, de



recebimento desse volume grande de empresas acessando simultaneamente? Há uma preocupação com as obrigações acessórias — as multas, particularmente — no sentido de tentar estabelecer um prazo recursal de análise? Existe algum canal de comunicação para que as empresas, os clientes e os produtores de *software*, junto com os órgãos públicos, o SERPRO e a DATAPREV, consigam trabalhar essa questão de nível de responsabilidade, para saber de quem é a responsabilidade e como fica essa questão de autuação posteriormente a isso?

Quanto à Caixa Econômica Federal, queria só retomar esta questão: por que nós temos a emissão da GRPS e da guia do FGTS em separado? Qual foi a decisão? Segurança do sistema financeiro? Gestão do fundo? O que levou a essa decisão? Há alguma programação para, em algum momento, unificar isso dentro do mesmo *software*?

Acho que, a princípio, são estas as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Quero agradecer a todos os presentes. Vou ter que sair. Portanto, vou passar a presidência dos trabalhos para o Deputado Celso Pansera.

Estou aqui me lembrando de um pesquisador israelense-americano que definiu bem essa coisa do resultado: o resultado é a estrutura, mais o processo. O grande desafio é alinhar essa megaestrutura de um grande barramento que envolve todo o Governo ao processo que envolve as empresas e as empresas que fornecem *software* para as empresas que vão fornecer as informações a vocês. Então, pergunto: como articular isso, se daqui a pouco um vai ficar culpando o outro? Como se dará esse processo?

Acho que o Deputado Celso Pansera colocou bem seus questionamentos. Quero dizer que esses também são questionamentos nossos.

Não tenho dúvida de que esta audiência pública tem como objetivo o alinhamento desse grande processo com a Casa, que recebe informação, tem demanda e vai abrigar isso aqui.

Passo a palavra imediatamente ao Deputado Celso Pansera.



Um abraço a todos.

Muito obrigado pelas informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Nós recebemos solicitação de alguns participantes para abrir a fala para perguntas. A nossa única preocupação é que, como há um número grande de questionamentos, a reunião pode se estender além do horário previsto, e o debate se tornar maçante demais. O que eu vou propor é ouvirmos essa primeira bateria de respostas, tendo 3 minutos cada um — pode ser? — para responder. Nós fizemos uma sistematização das questões. Vamos tentar organizá-las por bloco e terminar a reunião até às 13 horas.

Como o tema parece ser de bastante interesse e, até onde eu sei, além das instituições que hoje estão aqui falando sobre o Governo, em torno de 15 instituições e representações da sociedade civil haviam pedido para participar do debate como parte da Mesa, talvez tenhamos que desdobrá-la num segundo momento. Ao final, faremos uma avaliação para ver como encaminharemos a partir de então, pode ser? Tentaremos avançar até às 13 horas, aproximadamente, e depois faremos uma avaliação sobre os desdobramentos. Pode ser?

Vamos fazer o caminho inverso, do último para o primeiro?

**O SR. JONATHAS RODRIGO BITENCOURT DUARTE** - Na verdade, acho que a maior parte dos questionamentos é dirigida ao pessoal da Receita e da Caixa.

Quero esclarecer, quanto ao papel do SERPRO e da DATAPREV no processo, que, basicamente, o SERPRO é responsável pelo desenvolvimento e pela sustentação do eSocial e que a DATAPREV desenvolve uma ferramenta de qualificação de dados que é basicamente uma consulta utilizada para conferir se os dados que estão entrando no eSocial são compatíveis com os dados do CPF e do cadastro no PIS do cidadão, além de ela replicar a base no ambiente interno, para que seja utilizada de forma mais fácil e acessível pelos clientes da DATAPREV, principalmente o Ministério do Trabalho, o INSS e a Secretaria de Previdência.

Quanto às demais questões, eu acho que de fato estão mais voltadas para a Caixa e para a Receita.



**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Então, vamos ouvir a Caixa e depois a Receita.

**O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA** - Respondendo, pontualmente, ao questionamento do Deputado Celso, temos que entender uma coisa muito clara: o eSocial se constitui no que o Deputado Odorico falou, ou seja, de um grande barramento de informações, em que precisam ser atendidas as diversas características e as diversas naturezas tributárias e trabalhistas envolvidas.

No caso especial do Fundo de Garantia, inclusive pelo próprio reconhecimento do Supremo, ele tem natureza trabalhista, que difere da natureza tributária. E, quando se colocam juntos esses institutos de diferentes naturezas, isso, por si só, já gera necessidades distintas, as de cada um desses institutos, para que possam atender à necessidade presente.

No caso especial do Fundo, que é um direito constitucional, estamos falando de como atender, como dar acesso aos trabalhadores a um direito constitucional, com base num insumo de informações que está sendo prestado.

Então, um dos contextos é o da informação, e outro, o do recolhimento, como também está presente em outros produtos que são sensibilizados pelas informações do eSocial.

No caso em especial, as empresas prestarão, sim, informações através do eSocial. Para que possamos então receber os valores das empresas e individualizá-los, ou seja, não só recolhê-los, mas fazer o crédito na conta de cada um dos trabalhadores — o que se assemelha ao processo de uma caderneta de poupança, cujo valor financeiro é necessário para botar nas contas vinculadas dos trabalhadores —, o agregador dessa informação exigiu que levantássemos essas informações junto ao cadastro do FGTS, cruzando isso com as informações que estão vindo do eSocial, para que, de fato, quando a empresa fizer o recolhimento, de forma imediata, eu possa fazer o recurso chegar às contas vinculadas.

isso é necessário, Deputado, porque há situações em que o trabalhador, já com seu contrato rescindido, no dia seguinte precisa sacar o valor, inclusive porque





adquiriu esse direito, pois foi demitido, por exemplo, sem justa causa. E isso só conseguimos fazer através de um processo de geração da guia com as informações de individualização presentes no cadastro do Fundo de Garantia.

Já finalizando, eu diria que o próprio Decreto nº 8.373, de 2014, já fundamenta isso, ou seja, que as informações sejam entregues ao repositório nacional, que serve, em especial, aos entes das condições tributárias, na grande maioria, e ao FGTS, para que possamos, então, fazer cumprir esse direito que está na Constituição, que é o direito constitucional à multa rescisória dos 40% e também ao valor mensal recolhido pelas empresas.

E aí, Deputado, há um grande avanço. Isso mostra o quanto o eSocial vai facilitar os avanços. Por exemplo, nesse novo modelo, a ideia é oferecer para as empresas a condição de elas fazerem o recolhimento com base naquele valor que elas de fato têm condição de fazer.

No modelo do FGTS, há hoje alguns limitadores, entre os quais o de que a empresa, uma vez apurado o valor, tem que recolher o valor total. Se não tiver todo o recurso naquele dia para fazer o recolhimento, ela acaba se tornando inadimplente de todo o montante. Agora, com essa nova metodologia que estamos implantando com base no eSocial — isso é importante; o eSocial está nos facilitando muito a implementação disso —, estamos facultando a um empregador que tenha, por exemplo, que recolher 10 mil reais e não os tenha, mas tenha 8 mil reais naquele dia, que possa fazer o recolhimento desses 8 mil, através da seleção das informações e dos eventos que ele nos encaminhou por meio do eSocial.

Então, melhorias estão vindo dentro desse processo, e, com certeza, no futuro, podem ser agregados outros ajustes necessários. Mas não é o fato de se gerar uma guia física, um código de barra, através do sistema do FGTS, que vai diferenciar muito do que já praticamos hoje. O que já conseguimos implementar de melhorias, como essa que eu citei, já estamos fazendo. A Caixa está muito atenta a essa necessidade das empresas.



**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - O pessoal da nossa assessoria separou as perguntas por debatedores. Eu acho que vou tentar matar uma a uma.

Com relação àquilo que não ficar claro, depois tentamos sistematizar e enviar por *e-mail* para quem perguntou.

Henrique, você é um dos campeões de perguntas. Vamos ver se você consegue nos responder: *"Quando serão disponibilizadas as especificações e o cronograma para o sistema FGTS? Por que foram apartados do Ambiente Nacional do eSocial?"*

Novamente a pergunta para saber se as empresas já estão preparadas, se já foram realizados testes e quantos obtiveram sucesso.

*"Uma vez que o FGTS a ser recolhido será calculado pelo eSocial, o sistema da Caixa Econômica utilizará essa informação para confecção da guia?"*

*"A Caixa Econômica está preparada para migrar, em julho de 2018, para o novo sistema FGTS?"*

**O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA** - Vou ver se consigo me lembrar de todas as perguntas.

Primeiro, falarei da divulgação. Esta semana, soltamos uma circular já dando publicidade a alguns documentos complementares que nos comprometemos a fazer, em especial, de detalhamento, de especificações, que servem muito às empresas desenvolvedoras. Há ainda um rol de especificações, principalmente envolvendo a "evação" — chamamos assim —, uma vez definida uma determinada situação, e o que orientamos que seja feito em cada uma das ações. Esse documento complementar também será divulgado até o final do mês de junho. Essa é a nossa expectativa.

Os testes estão dentro dessa fase de maturação do produto. Queríamos estar com os testes de maturação um pouco mais robustos, mas não conseguimos, de fato, o volume que esperávamos de testes. Entretanto, já foram feitos testes. Empresas já geraram as guias para fazer o recolhimento como parte do modelo —



empresas empregadoras inclusive de grande número de empregados; pudemos constatar com alguns dos três maiores empregadores. Todos eles geraram as guias e conseguiram fechar o ciclo todo.

É lógico que isso ocorreu em ambiente de teste. Temos um ambiente que foi desenvolvido em parceria com todos os entes do eSocial. Num ambiente restrito nós já estamos conseguindo caminhar. Como falamos, poderíamos estar, sim, num estágio de testes um pouco mais robusto, mas isso faz parte de um processo de implantação dessa magnitude.

Eu quero só confirmar que, sim, as informações que vêm pelo eSocial compõem os dados necessários para a geração da guia. Então, nós utilizamos, sim, as informações que vêm do eSocial.

Quanto à prontidão, a Caixa, a exemplo do que foi citado pelo representante do INSS, está pronta, sim, para começar a operar a partir de julho. Todas as etapas finais, nessa reta final de entrega, em que temos algumas coisas para serem disponibilizadas ainda dentro do mês de junho, algumas em julho, todas estão com a condição de pronta utilização.

Então, nesse contexto, a Caixa está, sim, preparada para iniciar o processo nas datas previstas.

No contexto geral, as perguntas foram essas, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Vou conceder a palavra para o representante da Receita Federal, para tentar responder em 5 minutos, porque eu acho que conseguiremos cumprir o prazo. Se não der, concederei mais 1 minutinho ou 2 de tolerância simpática.

*"Sendo o eSocial tão simples e fácil, por que o Governo é o último a implantar?"*

Vou ler todas, para registrarmos no nosso sistema.

*"A primeira onda, que teoricamente se aplicou às empresas maiores e mais bem estruturadas, apresentou alguns desafios. Qual é a expectativa do grupo em relação aos impactos para as empresas menores, menos estruturadas?"*



*"Qual é o entendimento do grupo sobre como as empresas de TI poderão atuar como facilitadoras?!"*

*"A Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, prevê a substituição do GFIP em julho de 2018 para o primeiro grupo; em janeiro de 2019 para o segundo grupo; e em julho de 2019 para o terceiro grupo, relativa à arrecadação previdenciária. Tal substituição será completa, eliminando tal obrigação aos empregadores?"*

*"A Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, institui a compensação cruzada. A Receita Federal já regulamentou essa lei?"*

*"Quando as empresas poderão fazer essa operação?"*

Essa pergunta eu já fiz.

*"Como está a situação de autuações para as empresas que estão com dificuldades de submeter informações ao eSocial?"*

No mesmo sentido: *"Por que não amadurecer primeiro com o sistema público e depois com o privado?"*

*"No primeiro teste efetivo do eSocial, com o efetivo envio da folha de pagamento no dia 7 de junho de 2018, gostaríamos que relatassem quantas empresas conseguiram enviar a sua folha e quantas conseguiram fechá-la."*

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX - É isso?**

Bom, Deputado, eu começo tentando responder a questão sobre por que o Governo é o último a entrar no processo do ambiente do eSocial.

Na verdade, o eSocial foi desenhado justamente considerando a capacidade do contribuinte em aderir a esse processo. Então, essa criação de etapas tentou cumprir justamente isso. Elegeram-se primeiramente as grandes corporações, aquelas que têm uma capacidade de investimento e agilidade para investir em tecnologia, já têm seus sistemas muito mais maduros para uma integração com um ambiente equivalente ao eSocial. E isso facilitaria e facilitou todo o processo. Se nós entrássemos de forma inversa, com as menores empresas, certamente, teríamos muito mais dificuldades que tivemos até agora. Então, com as grandes,



esse processo se torna bem mais facilitado e permite que a gente faça os ajustes nos ambientes do eSocial, calibrando esse projeto de forma integrada, para que quando os demais contribuintes com uma capacidade menor de investimento entrarem, talvez com soluções tecnológicas menos maduras, o sistema já esteja mais redondo, já esteja mais pleno para integração.

O Governo, todos nós sabemos, tem uma dificuldade muito maior em investir; muito mais demorado é o processo de investimento por conta do Governo. Os pequenos Municípios, os próprios Estados e os órgãos vinculados a esses entes estatais têm uma dificuldade muito maior em termos de tempo para contratar uma solução tecnológica, por exemplo. E, por conta disso, para que houvesse essa previsibilidade, de modo que eles pudessem percorrer todo um percurso legal para um processo licitatório, por exemplo, é que foi jogado num estágio logo a seguir. Mas vejam que as três etapas são muito próximas uma da outra. Não há vantagem nenhuma — muito pequena — para os contribuintes.

Falando em relação aos pequenos, se estariam preparados ou não, justamente, esse faseamento permite que o sistema que vai ser oferecido às demais empresas agora, no 2º semestre, já tenha passado por um processo de ajuste e correção muito grande. Eu acompanho essas grandes empresas, vocês também, e sabem que a gente já fez muitos acertos, ajustes, e o processo tende a ser muito mais fluido a partir de agora, com as demais empresas do segundo semestre.

Houve questionamento em relação à participação das empresas de TI nesse processo de disseminação. Não tenho dúvida alguma, eles são os grandes parceiros na construção do ambiente, na construção das soluções, nos testes, nas avaliações, no retorno de informações para os desenvolvedores. Tem sido um dos motivos do êxito que nós temos tido até hoje, com certeza, a participação das empresas que trabalham com TI, com desenvolvimento de software para essas integrações.

Falou-se sobre a substituição da GFIP. Sim, a Receita Federal trabalha com o contexto de que a GFIP seja de fato descontinuada em julho de 2018 — fato gerador



julho de 2018 —, para esse primeiro grupo de contribuintes, e janeiro de 2019 para o segundo grupo. Nós já estaremos e estamos com todos os demais sistemas aptos a assumir o papel da GFIP. A DCTFWeb e o EFD-REINF estão já em ambientes de produção, praticamente, todos eles, e estarão já em condições de apurar o crédito tributário a partir dessa nova modalidade. É esse o cenário que nós da Receita Federal temos.

Quanto à compensação cruzada, aproveitando para fazer essa abordagem com os Srs. Deputados. Ela foi aprovada agora, recentemente, pela Lei nº 13.760, no fim de maio. Ela autoriza principalmente os grandes exportadores do País, que acumulam créditos de PIS/COFINS, a utilizarem esse crédito na compensação da contribuição previdenciária. Isso não era permitido antes. A partir desta legislação, será permitido que esses contribuintes se apropriem disso. Somente de agora até o fim do ano, isso dá um valor equivalente a 4 bilhões de reais, que poderão ser de certa forma injetados na economia, porque era um recurso que seria despendido por essas grandes corporações no pagamento da contribuição previdenciária e que não precisará ser, porque elas vão compensar com os créditos escriturais que elas têm de PIS e COFINS.

Então, qualquer alteração de cronograma que a gente faça na substituição da GFIP pela DCTFWeb, a nossa plataforma que vai sucedê-la, no que está previsto no programa, impacta nesse benefício para a sociedade, ou seja, os 4 bilhões estão previstos de julho a dezembro. O sistema PER/DCOMP Web, que foi desenvolvido pela Receita Federal para fazer essa interligação, está em homologação e entra agora início de julho em produção. Ou seja, com isso e mais a publicação da IN 1810 na semana passada, regulamentando esse processo todo, nós, da Receita Federal, estamos preparados para operar a compensação cruzada a partir da implantação da DCTFWeb, que entra no fim desse processo.

Então, é interessante termos isso em mente, porque quando avaliarmos qualquer proposta de alteração de cronograma ou data de descontinuação da GFIP,



isso impacta, entre outras coisas, na compensação cruzada, que terá que necessariamente ser jogada para um período posterior.

Em relação a autuações, a gente tem falado, principalmente, com os profissionais da contabilidade que nos procuram com essa preocupação. É preciso ficar muito claro que o eSocial não criou nenhuma obrigação nova; não criou nenhuma penalidade nova; são absolutamente as mesmas penalidades a que o empregador estava sujeito. Basicamente, só mudou a plataforma tecnológica.

Deputado, nós vivemos num momento, esses primeiros 6 meses, que é uma fase de implantação. Nós a graduamos, faseamos, para facilitar esse processo, mas não há nenhum objetivo, nesse processo, de um rigor fiscal. Esta etapa, nesses primeiros 6 meses, que as grandes empresas estão concluindo agora e na qual as menores entrarão no 2º semestre, não cria nenhuma obrigação jurídica e não gera nenhum direito trabalhista, porque as obrigações que fazem esse efeito de criar uma obrigação jurídica ou trabalhista estão em paralelo. Então, é lá que haverá, se for o caso, a aplicação de penalidades.

No eSocial, isso existe sim, porque é uma obrigação acessória, e é óbvio que toda obrigação acessória necessariamente tem algum tipo de penalidade, mas é uma penalidade pelo cumprimento da obrigação acessória de uma forma geral, e isso nós só podemos avaliar no fim do processo, quando estiverem concluídas as etapas e a implantação plena do sistema.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Antes, eu vou fazer uma pergunta mais geral sobre obrigações acessórias.

Eu participei de diversas reuniões com contadores, principalmente no CRC do Rio de Janeiro. O que eles falam é que os formulários *on-line* já existentes têm até 2 mil linhas de informações a serem preenchidas. Por isso, com frequência, eles têm problema para preencher ou cometem pequenos erros, porque o volume de informação repetida é muito grande e acaba gerando erro. Além disso, as multas são elevadas.



Qual é o problema de o Governo abrir uma negociação do ponto de vista dos valores das multas? Por que é tão difícil a gente conseguir tramitar projetos aqui na Câmara sobre as obrigações acessórias?

Agora, a gente está incrementando ainda mais um conjunto de normas. Não são novas multas. São as mesmas multas, só que com mais sistema funcionando, com mais linhas de informação, que tendem a gerar novamente muitas multas.

Além disso, os pequenos escritórios de contabilidade, que atendem às pequenas empresas, que são as empresas menos estruturadas do ponto de vista tecnológico, são os que mais sofrem. Eventualmente, uma multa de 4 ou 5 mil mata o mês inteiro do contador. Se se repetirem duas multas dessas, ele estará com dificuldade para funcionar o resto do ano.

Por que a Receita não atua numa linha para tentar resolver essa questão e penalizar menos os contadores do ponto de vista de valores? Estou dizendo isso porque agora eu tenho a sensação de que nós vamos agravar esse problema. Por exemplo, terça-feira eu terei uma reunião na UNIPEC, no Rio de Janeiro, com um conjunto de contadores para conversar sobre isso.

Estamos aqui falando com um monte de representantes de empresas da área tecnológica, mas na ponta a gente é muito pressionado para resolver essas questões. Existem proposições tramitando aqui há anos e não conseguem avançar. Eu mesmo apresentei uma em 2016, ela foi pensada a uma do ex-Senador Dornelles, atualmente Vice-Governador do Rio de Janeiro, e não consegue sair da CFT, porque o Governo trava a sua tramitação, pede vistas, apresenta voto em separado, e a gente não resolve um problema que com certeza seria de grande alcance para uma categoria tão importante, para o *compliance*, esse instrumento de que a gente tanto fala, para o combate à corrupção em nível de transparência.

Por que a Receita não trabalha nesse sentido para resolver essa questão ou ajudar a resolver ao estabelecer novas normas para isso?

**O SR. ALTEMIR LINHARES DE MELO** - Deputado, eu não sou exatamente a pessoa autorizada a tratar desse tema, porque nós temos uma área de estudos





tributários que faz aprofundadas análises a respeito desse tipo de demanda. Esse tema é recorrente. Aquela Casa está sempre repensando esse processo de penalização e de cobrança das obrigações.

O que eu lhe afirmo é que a postura da instituição hoje é calçada muito no comportamento histórico ou presente dos nossos contribuintes, da nossa realidade brasileira, e é feita uma comparação com as demais economias do mundo, principalmente com a dos países da OCDE — nós temos buscado estudar as mudanças que foram implantadas lá e as consequências que isso surtiu no cumprimento das obrigações.

A instituição está conectada plenamente nesse processo, em tempo integral, mas eu realmente não tenho um estudo para lhe dar dados mais concretos.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Mas eu não poderia deixar de fazer esse meu protesto. Eu vou te agulhar, para a gente conseguir uma audiência com quem de respeito lá para tratar desse assunto, que é muito pertinente e tem a ver com este debate.

Agora, vou passar a palavra ao grande campeão de questionamentos, José Maia, representante do Ministério do Trabalho, que com certeza terá a nossa complacência no tempo.

Antes, vou ler alguns questionamentos.

*"Como garantir a qualidade da informação se o eSocial não possibilita a checagem da informação on-line — somente enviam recibo de recebimento?"*

*"No último dia 20 de junho, foi divulgado pela FENACON que o Comitê Gestor do eSocial irá reformular o calendário de implementação do eSocial para as micro e pequenas empresas. Essa informação está correta?"* Já foi abordado isso antes, mas vamos reafirmar.

*"Como o contribuinte de boa-fé pode ter segurança jurídica neste ano de implementação do sistema, considerando que grande parte dele tentou e não conseguiu transmitir as suas informações em tempo hábil por motivos alheios à sua vontade, como por exemplo estabilidade do sistema etc.?"*



*"O Brasil tem uma legislação vasta e complexa, gerando milhares de obrigações. Pequenas e médias empresas têm muita dificuldade em compreender todo o arcabouço. Não seria pertinente uma simplificação dessas obrigações?"*

*"Com o princípio da simplificação, temos que o eSocial vem substituir as obrigações PPP, CAT e Livro de Registro. Como podemos falar em simplificação, se o eSocial aumenta em 100% o número de campos de informações, se comparados aos documentos atuais?"* Está vendo, Receita? Eu falei sobre isso.

*"O que devem fazer as empresas do primeiro grupo — acima de 78 milhões — que não conseguiram ingressar no eSocial até o momento? Como facilitar esse processo? Qual o caminho para as empresas responderem oficialmente com relação às dificuldades?"* São três questões.

*"Coloca-se como vantagem a eliminação das obrigações. Porém, muitas das obrigações listadas são latentes e informadas por demanda. Com o eSocial, torna-se rotineira essa situação. Não fere o princípio da simplificação."* Faltou um questionamento aqui.

*"Quando as demais obrigações acessórias começarão a ser substituídas: CAGED, Livro de Registro, DIRF, RAIS, etc.?"*

*"Como será feito o desenvolvimento do sistema para prestação de eventos de saúde e segurança do trabalho, considerando que hoje essa prestação é realizada eminentemente via escrito?"*

*"Na implantação do eSocial, as empresas têm que cumprir suas obrigações em função dos dados colocados, inseridos. Como ainda há falta de especificações, como ficarão as possíveis autuações em função de inconsistências sobre as quais a empresa não tem gestão?"* Ele deve ter querido dizer "culpa".

*"Em todas as falas foi ressaltada a construção conjunta entre o Governo e a sociedade organizada, mas recentemente fomos surpreendidos com alterações significativas nos leiautes do SST, e essas alterações não foram discutidas. Com as alterações, não haverá tempo hábil. Além de ferir uma premissa, a de não criar obrigações novas, qual a obrigação do Governo?"*



**O SR. JOSÉ ALBERTO MAIA** - Então, como foram poucas perguntas, eu vou aproveitar para responder também às perguntas do Deputado Pansera, que foram feitas antes e que acho muito ricas porque englobam muitas dúvidas do público. E vou tentar responder de forma contínua, passando por cada questão dessas que foram apresentadas.

Eu dividi, com relação à pergunta do Deputado, dois pontos muito críticos ou separei em dois grupos. Entendo que um grupo tem relação com a segurança de dados, e outro grupo, com a segurança jurídica. Como não poderei aprofundar, as respostas terão a profundidade cabível neste momento.

Com relação à segurança de dados, é importante sabermos que todas as informações que são pedidas no eSocial já são hoje prestadas por diversas outras obrigações. Então, a segurança de dados que nós teremos é a mesma que temos hoje. A segurança ou a insegurança de dados que temos hoje é a mesma, com o mesmo modelo, com o mesmo padrão de segurança, pelos mesmos órgãos institucionais, pelas mesmas entidades prestadoras de serviços de *software* para o Governo. Isso eu acho que continua.

Quanto à pergunta com relação à segurança jurídica, que eu acho que abarca aqueles pontos que foram abordados pelo Deputado, como o que diz respeito às obrigações acessórias, às dificuldades que surgiram e ainda persistem com a instabilidade do sistema, nessa fase de implantação — e aqui há uma pergunta específica, nesse grupo de perguntas que foram feitas, com relação a essa tolerância ou com relação a como serão as autuações —, é importante resgatarmos os princípios do eSocial, os objetivos do eSocial. Ele tem três objetivos básicos: resguardar de forma mais segura, mais efetiva, o direito do trabalhador; melhorar a qualidade da informação do Estado; mas, precipuamente, não há como não observar, tem a intenção e o objetivo de simplificar a vida do empregador, diminuir os custos da prestação dessas informações. Esse é o objetivo do eSocial. Se ele, na sua implantação, vem trazer mais insegurança jurídica do que o modelo atual já



traz e mais dificuldades, certamente salta aos olhos não ser esse o objetivo do eSocial.

Porém, nós nos deparamos com um dilema muito claro: como implantar um sistema dessa magnitude, um modelo de informação dessa magnitude, cujos resultados são de consenso — e vai haver uma melhora muito grande no ambiente de trabalho, no ambiente de negócio —, sem uma ação proativa e cogente, em que realmente haja a coercitividade. Ou seja, é uma obrigação acessória, tem que ser instituída por isso. E, sem uma ação efetiva nesse sentido, não haverá... não é nem adesão. Nós não vamos conseguir alcançar os objetivos que almejamos.

Para isso, há um dilema sempre: o que fazer, na fase de implantação, quando os problemas de qualquer sistema de TI aparecem — e é assim —, com relação às multas? O que podemos dizer de maneira muito clara — e acho que já é patente para todos — é que não é intenção do Governo autuar, que não se está fazendo uma fábrica de multas ou se espera que haja um voo de cruzeiro já na decolagem. Sabemos, e é essa a nossa intenção. Mas também não podemos dizer que é uma coisa facultativa, para a qual vai quem quer, sob pena de ninguém botar a mão no bolso para fazer um investimento qualquer para estar apto a essa mudança. Essa é a lógica que nos tem guiado. É como estar no meio dos dois campos, tanto da obrigação quanto do reconhecimento das dificuldades inerentes a essa fase de implantação.

Estamos trabalhando — e aqui falo sobre isso porque já há uma demanda específica no Ministério do Trabalho — de forma a ver como amenizar, ou melhor, trazer segurança jurídica para quem, por motivos justos, razoáveis e que saltam aos olhos, não conseguiu cumprir com aqueles prazos. Então, havemos de fazer alguma coisa que qualifique, ou melhor, que prestigie aqueles que estão fazendo um esforço para se enquadrar na nova forma de prestação de informação e induza de forma mais persuasiva os que não se moveram. Essa é a nossa ideia. Mas o espírito é conjunto, é o de fazer uma ação não repressiva. Ao contrário. É um projeto de construção coletiva. Então não há por que querer impor nada. Isso tem sido



construído em conjunto. E as próprias entidades que têm demandado qualquer pleito nesse sentido reconhecem: "*Não devemos adiar isso. Devemos apenas rever a forma da implantação*". É assim que temos agido.

Aqui eu tento ir, ponto a ponto, para as perguntas que foram feitas.

Com relação à qualidade da informação, essa é muito mais clara. Como promover a qualidade da informação? Eu acho que é fácil de perceber, ao se aproximar de forma mais efetiva do projeto. Ao se analisar a forma como as informações são pedidas e as regras de validação a que elas serão sujeitas e a maneira como elas serão aceitas ou não, vê-se o quanto podemos melhorar na qualidade da informação. Quanto a isso eu acho que não há dúvida hoje.

Este número é estarrecedor, Deputado: vinte por cento dos benefícios prestados pelo INSS hoje demandam algum processo administrativo ou judicial para se efetivar. E muitos, mais da metade disso, equivalem à diferença de um CPF ou de um PIS, com nome ou data de nascimento. É algo que realmente nos preocupa muito e que podemos melhorar substancialmente com uma mera validação na entrada da informação, hoje inexistente. Esse é um aspecto muito importante.

Eu vou deixar para falar da revisão do cronograma com relação a isso logo depois.

Com relação à segurança jurídica, temos a visão muito clara de que a prestação da informação, nesse novo modelo, vai trazer uma segurança jurídica muito maior, sobretudo se conseguirmos viabilizar de maneira mais clara o tratamento nessa fase de implantação. Eu só convido a todos a olharem, quando o eSocial estiver implantado, os benefícios que advirão dali de forma muito clara.

Agora, qualquer processo de implantação traz um dilema, uma escolha de Sofia, entre a obrigatoriedade e a forma de trazer as pessoas para esse novo mundo. Essa é uma escolha muito clara.

Com relação à legislação complicada, essa foi uma escolha e uma premissa do eSocial que nós fizemos no seu primeiro momento. Nas primeiras apresentações



que fizemos para um projeto, a primeira observação que fizeram foi a seguinte: “*A legislação é anacrônica, a legislação é esdrúxula*”.

E eu cito sempre que no Brasil a hora noturna é calculada a 52 minutos e meio. Mudar o tamanho da hora é algo que torna qualquer coisa muito complicada, mas nós abrimos mão. O eSocial é a melhor forma, a mais prática, a mais barata de se cumprir a obrigação vigente. Não trouxemos para nós a incumbência, sob pena de não conseguirmos decolar com o projeto e fazer as mudanças na legislação. Mas houve mudanças na legislação, houve mudanças na reforma, e o eSocial de pronto se adaptou e se adaptará às novas mudanças. Ele não é um propulsor de mudança de legislação. Foi uma escolha política que fez com que esse projeto pudesse caminhar como caminhou.

Com relação a Perfil Profissiográfico Previdenciário, Comunicação de Acidente de Trabalho e Livro de Registro de Empregados, tendo em vista acharem que complicamos qualquer coisa, convido a todos, convido qualquer um e quem fez essa pergunta a apresentar que informação pedida no eSocial já não consta dessas obrigações — repito: CAT, PPP e Livro de Registro. Se há algo, e há, que não foi para o eSocial, que estava num Livro de Registro ou que estava num PPP, mas seja algo a mais, eu peço — e falo com toda a sinceridade — que nos enviem. Isso é algo que foi discutido a fundo, e não há nova informação sendo pedida.

Como aumentar a adesão das empresas? Essa é uma pergunta boa. Há uma previsão do Governo de fazer uma campanha institucional, uma campanha publicitária. É muito importante que as pessoas se vejam no projeto, que o conheçam, que se apropriem e queiram essa mudança. Nós acreditamos que é bom para o trabalhador, é bom para o Governo, é bom para as empresas. Quem conhecer vai querer se apropriar. Esta é a ideia: uma campanha publicitária. Eu acho que nesse sentido esta iniciativa aqui passa a ser algo precioso.

Com relação a quando substituiremos cada uma das obrigações que nos propusemos substituir, como a RAIS — Relação Anual de Informações Sociais e o CAGED — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, eu tenho sido



recorrente em dizer "na medida do possível". Há uma insegurança, e é natural, quanto a se persistir com uma obrigação nova, com as outras correndo em paralelo. Eu tento convencer de que isso não vai acontecer. Não vai acontecer porque é caro não só para vocês, mas também para o Governo, e há uma demanda muito forte de que as substituamos. Então, à medida que o eSocial seja implantado de forma segura, como estamos fazendo, de forma faseada, por etapas, à medida que esses dados chegarem de forma consistida, nós vamos fazer a devida apropriação, e a partir dali, de imediato, ninguém terá mais pressa do que nós para substituir cada uma dessas obrigações, para não tê-las em paralelo.

Há uma pergunta com relação à forma como será definida a Segurança e Saúde do Trabalho. Esta talvez seja uma das áreas menos articuladas das empresas e que demandam um exercício maior na definição de uma nova matriz de comunicação, na definição de uma forma nova de trabalhar. Mas sabemos que é uma das áreas mais mal-assombradas — eu uso esta expressão — hoje no Brasil. Temos uma insegurança de trabalho, na verdade. Temos um risco muito grande, o que nos coloca numa posição extremamente desfavorável no *ranking* mundial de acidentes de trabalho. Nós acreditamos que esse sistema vai implicar uma mudança substancial na forma de se trabalhar, uma separação do joio do trigo e uma valorização muito grande do profissional dessa área.

Estou correndo para cumprir com o prazo.

A pergunta a que vou responder já tem as digitais da pessoa que a fez. Ela tem relação com a forma da construção coletiva do modelo que foi adotado para a Segurança e Saúde do Trabalhador. Vou exercer a oportunidade ímpar de dizer que é de fato uma construção coletiva. O produto que temos hoje passou por diversas fases. Porém, há uma forma consultiva. E as coisas caminham dessa forma.

A queixa é procedente, porque na última versão do leiaute específico talvez tenham saído coisas que não foram discutidas, mas já saíram de forma diferenciada, por meio de uma nota de documentação evolutiva. O próprio nome do instrumento utilizado já denota o quanto isso vai ser discutido. É a forma possível



de fazer a construção coletiva com tantas entidades e com uma gama tão grande e variada de atores nesse processo.

Eu tentei cobrir todos os pontos que foram abordados. Para não abusar do meu tempo, eu fico à disposição aqui para qualquer réplica que alguém queira.

Eu deixei para o final a revisão do cronograma das pequenas e microempresas. Todas as pessoas devem estar, principalmente aquelas pessoas mais atentas no assunto... Já estão surgindo diversas notícias no mercado com relação a uma revisão do cronograma. O fato é que há diversos pleitos — e as entidades têm-se manifestado e publicado seus pleitos — com relação à revisão do faseamento, ou seja, da forma de implantação do eSocial. Perguntamos sempre: o que é isso? Isso é um pedido de adiamento? Isso é um pedido para deixarmos para depois a implantação? Todos são muito efusivos em dizer que não. Queremos rever alguns prazos, justo para não criar insegurança jurídica nessa fase de implantação. Então, foram feitos pleitos, eles estão sendo estudados, não foram publicados ainda. Passamos para as instâncias estratégicas, e elas estão analisando a possibilidade de fazer isso, de rever esse prazo, de rever esse faseamento, mas mantendo o cronograma.

Há um caso específico — e vou ser mais objetivo, para que possamos avançar nisso —, uma demanda específica de pequenas e microempresas e dos MEI, os Microempreendedores Individuais: a de que, nesse início da segunda etapa, que começa em julho, não tenham esses prazos ordinários de cada evento. Ou seja, se conseguirem transmitir todas essas informações, mesmo que não no prazo afixado inicialmente no cronograma, que venha até novembro, quando começamos a terceira fase de implantação da segunda etapa, se eles conseguirem mandar tudo, se isso poderia ser feito dessa forma. Esse é um novo modelo que está sendo proposto, é algo que entendemos como razoável, que diminui muito a pressão com relação à insegurança jurídica e que pode vir ao encontro das demandas das empresas.





Ninguém quer adiar, não se vai mudar o cronograma. E o argumento das representações das pequenas e microempresas é muito forte, de que a Constituição Federal demanda ou impõe um tratamento diferenciado para esse tipo de empreendedor, de empresa, de empregador, para que façamos diferenciação com relação a isso. Essa nova proposta está sendo estudada e provavelmente deve evoluir dentro das Casas. Eu acredito que vai vir ao encontro das demandas e — o que é mais importante — preserva o cronograma. Não caracteriza um adiamento. Todos já poderão vir da segunda etapa, em julho, de forma mais tranquila, menos tensa talvez.

E que cheguemos ao final de 2018, com relação às empresas, com o sistema implantado — esse é o nosso grande esforço —, pois queremos começar a usufruir das vantagens e dos benefícios desse projeto. Que vão ser o quê? Vão ser a simplificação e a extinção das demais obrigações. Só poderemos fazer isso quando as empresas conseguirem, de maneira saudável, de maneira cautelosa, fazer a implantação.

Sabemos da dimensão, da magnitude do projeto, mas temos a convicção muito nítida de que é possível fazer nesse prazo e vamos nos esforçar para manter esse cronograma, como colocamos inicialmente. O.k.?

Não sei se faltou alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Eu acredito que tenha respondido.

Eu vou propor um encaminhamento. Agora são 12h30min, e temos ainda algo em torno de meia hora ou um pouco mais de reunião. Vou dar uma sugestão. Tenho aqui três questionamentos dirigidos a todos e vou fazer um questionamento, vou reafirmar uma pergunta, já que há aqui uma plateia que não quer arredar o pé, que não quer almoçar. (*Risos.*)

Vou propor o seguinte: como algumas instituições pediram para participar do debate, diretamente ao gabinete do Deputado Odorico Monteiro, poderíamos fazer uma consulta na semana que vem para saber se querem fazer um debate antes do



recesso parlamentar. Nós o faríamos na semana do dia 10 a 15 deste mês, para ouvir as instituições que representam a sociedade, o empresariado, enfim, e voltaríamos depois, com o e-Governo, em agosto, para fazer o balanço do primeiro mês de funcionamento, já na segunda etapa, para vermos se é preciso tomar algum tipo de atitude legislativa ou fazer alguma negociação — do Legislativo, do Parlamento com o Governo — para resolver alguma pendência mais dura ou mais complexa que tenha permanecido, que o comitê não tenha conseguido resolver.

Nós podemos encaminhar desse jeito? Faríamos uma consulta. Vejo que algumas instituições se repetem nas perguntas. Faríamos um questionamento, e se quiserem fazer um novo debate antes do recesso parlamentar... O recesso começa dia 15, mas semana que vem não faremos reuniões das Comissões Permanentes, em função do jogo do Brasil na quarta-feira. Então, faremos sessões na segunda-feira e na terça-feira, se não me engano. Faríamos na semana que vem o requerimento, aprovaríamos na outra semana e, na semana seguinte, faríamos uma nova audiência pública. Depois, em agosto, retornaríamos com esse conjunto de participantes aqui, do comitê, e faríamos uma avaliação da apresentação da segunda fase.

Se for necessário entrarmos com algum tipo de medida legislativa ou fazer alguma negociação diretamente com o Governo, nós o faremos. Pode ser?

**O SR. SÉRGIO SGOBBI** - Obrigado, Deputado Celso Pansera.

Primeiro, quero elogiar a postura de debate desta Casa, o Parlamento, que é o *locus* em que precisamos fazer isso.

Eu queria fazer uma observação sobre a sua sugestão, se possível. Talvez não uma audiência pública, mas, sim, um seminário poderia ser realizado, em que possamos interagir mais com os entes de governo. Esta seria a sugestão: que as três Comissões organizassem um seminário aqui na Casa, em que pudéssemos fazer um debate mais intenso com relação a esse tema.



E por que eu sugiro isso? Os temas se repetem, é verdade, as perguntas se repetem, e as respostas se desdobram em outros questionamentos. Então, eu entendo que o seminário seria mais interativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Mas teria que ser necessariamente em agosto. Não conseguiremos fazer o seminário em julho.

**O SR. SÉRGIO SGOBBI** - É a questão da organização, do *timing* da Casa, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Não dá para criar a expectativa. Eu fico aqui, não há problema, mas nós temos um cronograma aqui dentro, e acho que não conseguiremos aprovar nas três Comissões. Não podemos fazer sem todo o trâmite. Não há jeito.

**O SR. SÉRGIO SGOBBI** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Algumas pessoas querem falar. Eu vou dar a palavra a elas e depois encerrar os trabalhos, para não extrapolarmos o tempo. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Falou há pouco o Sérgio Sgobbi, da BRASSCOM.

V.Sa. tem a palavra. Peço que se identifique.

**O SR. MÁRIO SÉRGIO** - Sou Mário Sérgio, do Instituto Aço Brasil.

Eu queria primeiro agradecer a presença de todos.

Sr. Presidente, eu gostaria que a audiência pública a ser marcada acontecesse numa terça-feira ou numa quarta-feira, quando há mais Parlamentares na Casa. Acho que o tema é importante e outros Parlamentares poderiam participar da discussão.

Era essa a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Temos dificuldade para organizar, em função do trabalho das Comissões Permanentes e do grande número de Comissões Especiais sobre projetos específicos que tramitam na Casa. Nós temos em torno de 80 Comissões Especiais. Então há uma dificuldade muito grande para enquadrar tanto o espaço físico quanto o cronograma dos Deputados. Mas, se



for um seminário, com certeza tentaremos fazer numa terça-feira, já que numa quarta-feira é muito difícil, para envolver um número maior de Parlamentares. Obrigado.

Agora vou ler as últimas perguntas — a minha também —, depois vou conceder de 3 a 4 minutos a cada um e tentar encerrar os trabalhos até as 13 horas. Não que não possamos ficar um pouquinho além, mas vamos tentar ter um pouquinho de disciplina na conclusão, já que não tivemos para começar. *(Risos.)*

Vamos às perguntas.

*"Circulou na imprensa que as empresas com faturamento de até 4,8 milhões poderão transmitir eventos das fases 1 e 2 até a data limite de transmissão da fase 3. Pergunto se essa decisão poderia ser revista. O ideal não seria mover essas empresas do grupo 2 para o grupo 3, para ficarem juntas com a administração pública e pessoas físicas?"*

Essa é a primeira pergunta.

*"Em relação a ergonomia, a tabela estabelece os riscos a serem enviados, porém não existe legislação ou parâmetros que definam o que está dentro ou fora do risco. Qual o entendimento?"*

*"Considerando o plano de implantação em faseamento, e considerando as dificuldades encontradas pelas empresas na transmissão da folha, e considerando que as normativas publicadas geram penalidades pela omissão, qual será o próximo passo?"*

E a minha pergunta é a seguinte: há condições de o SERPRO e o DATAPREV estabelecerem mecanismos de relacionamento, com respostas, checagem de situações e sistematização de respostas para problemas recorrentes reportadas por usuários e fornecedores de *software* nesse processo de implantação da segunda fase, que será, me parece, a mais dura de todas, a mais difícil?

De pronto, queria agradecer a participação de todos.

Eu vou retomar a ordem de fala inicial e conceder 3 minutos a cada um, com tolerância de 1 minuto.



Tem a palavra Altemir Linhares de Melo, da Receita Federal.

**O SR. ALTEMIR LINHARES DE MELO** - Bom, vamos começar, Deputado, falando dessa provocação em relação às pequenas e microempresas.

Está em estudo a proposta de tratamento simplificado, de tratamento diferenciado para esses contribuintes. Essa é uma demanda que chegou por diversas formas, por diversas fontes, ao Comitê Gestor. Está sendo analisada tanto pelo Comitê Gestor quanto pelo Comitê Diretivo. É algo realmente possível, dados os argumentos que estão sendo trazidos, desde que isso não impacte efetivamente no cronograma final de implantação do projeto.

Vejam: a proposta trazida por organizações representativas dos profissionais da contabilidade, principalmente, demonstra a necessidade de descolar os dois grupos: o lucro presumido, esse grande grupo em que teremos agora 1 milhão e 200 mil empregadores e mais 2 milhões de empresas sem empregados, do grupo de EPP, microempresas e MEI. Esse descolamento se daria, dentro da proposta apresentada, de forma cumulativa, na terceira etapa, na terceira fase, em novembro de 2018, com a entrada dos dados cumulativos. Essa é a perspectiva em estudo hoje, e não impacta em alteração de cronograma.

É interessante que fique muito claro que a Receita Federal, principalmente, tem uma série de programas que se integram com essa nova plataforma. Todo o processo de controle do crédito tributário, de cobrança, os sistemas que fazem a gestão do crédito tributário foram realinhados para serem alimentados pela nova plataforma, dentro de um cronograma estabelecido. A partir daí, foram pactuados e contratados serviços com os prestadores de serviços, para volumetrias pré-determinadas, para que, a partir de tal data, nós tenhamos um ambiente próprio recebendo tal volumetria. Quer dizer, qualquer alteração nesse sentido exige todo um esforço de renegociação com os fornecedores e, provavelmente, de busca de novos recursos orçamentários, dos quais não dispomos neste momento. Então, é um cenário em que é muito difícil atuarmos, fazermos a alteração, a substituição



das obrigações tributárias finais, ou seja, a substituição do GEFIPE pela DCTFWeb, dentro daquele cronograma estabelecido.

Essa proposta que está sendo analisada contempla a possibilidade de manutenção do cronograma, criando essa facilidade para os pequenos empreendedores. Mas o que é importante ficar muito claro é que o empreendedor, mesmo aquele enquadrado como optante do MEI ou do SIMPLES Nacional, poderá, já no dia 16 de julho, quando se inicia a segunda fase, acessar o ambiente e transmitir os seus eventos, dentro do faseamento previsto. A perspectiva, que pode evoluir, é de que ele possa cumular. Se não estiver preparado, poderia trabalhar isso de uma forma cumulativa, um pouco mais adiante.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Passo a palavra a José Alberto Maia, do Ministério do Trabalho.

**O SR. JOSÉ ALBERTO MAIA** - Eu já saio em vantagem porque ele já respondeu a essa primeira pergunta, mas farei só um resumo com relação a isso.

Não achamos interessante adiar, em relação às pequenas e microempresas e aos MEI, para janeiro do ano que vem. Achamos mais interessante flexibilizar e fazer com que todos já possam vir logo. É mais interessante para todo mundo. Foi o nosso entendimento.

Posso já ir para o ponto que levantaram, com relação às multas por não envio nos prazos das obrigações, com relação ao fechamento de folha, nessa fase de implantação. Acho que já falei, vou só fazer uma referência ao que eu disse: estamos estudando uma forma de amenizar ou de trazer segurança jurídica para isso. Pode ser por meio de uma comunicação no próprio portal. O que queremos desestimular que seja fruto dessa insegurança por parte dos clientes, sobretudo das empresas de *software*, é que eles queiram atribuir às empresas de *software* qualquer responsabilidade que fuja ao seu alcance, em relação à qual eles não poderiam fazer nada. Se pudermos deixar isso claro, diminuirá muito qualquer insegurança jurídica, diminuirão os litígios judiciais desnecessários. E essa



mensagem nós tentaremos passar da melhor maneira, da maneira que for possível e estiver ao nosso alcance, dentro da nossa competência.

Há uma pergunta aqui sobre ergonomia sem legislação. Alguém diz que não há legislação sobre ergonomia e que seria algo novo que estaria sendo pedido no eSocial. De fato, o eSocial inova com relação aos riscos ergonômicos. Mas por quê? Não é que ele inova. A legislação já previa que, quando houvesse um sistema eletrônico específico de dados, aí sim, o PPP já poderia, já deveria ser introduzido em meio eletrônico também, e haveria a previsão da inclusão dos riscos ergonômicos e mecânicos. Pode ser questionável, mas há o entendimento de que a legislação já permite que esses dados e esse controle sejam feitos, em que pesem algumas discordâncias do assunto.

Com relação ao suporte, especificamente do SERPRO, faço aqui o registro de que hoje há dois endereços eletrônicos aos quais já se remetem perguntas. E elas são todas respondidas, mas não são respondidas diretamente. Existe o *e-mail* com relação às dúvidas de produção e o *e-mail* com relação às dúvidas do ambiente de produção restrita, que se refere aos ambientes de dúvidas.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ ALBERTO MAIA** - Não é bem de dúvidas do eSocial, é produção e ambiente restrito.

Essas perguntas que não são respondidas diretamente alimentam uma FAQ, uma lista de perguntas e respostas. Ali tentamos responder ao que for possível.

A notícia boa que trazemos é a de que estamos implantando um novo *call center*, específico para o eSocial. Até meados de julho — essa é a nossa expectativa —, deveremos ter um ambiente para o qual as pessoas possam ligar diretamente e tirar suas dúvidas. Há um sentimento muito forte do nosso lado de que falta esse suporte às empresas. Pretendemos implantar isso até meados de julho. O.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Antes de passar a palavra a Henrique José Santana, eu queria citar mais um dado.



Na sexta-feira da semana passada, eu estive em São Paulo para participar de um encontro de empresas de tecnologia. Conversamos sobre um monte de assuntos, e surgiu essa questão do eSocial. Lembro que alguém fez um questionamento muito sério sobre o sistema da Caixa Econômica, se estaria preparado para emitir a guia do FGTS para esse volume de empregados e empregadores a partir do início dessa segunda fase. Então, eu gostaria que o senhor abordasse especificamente esse assunto.

**O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA** - Aproveitando que são as palavras finais, eu preciso, em nome da Caixa, agradecer aos membros da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Trabalho e Administração Pública pela oportunidade de estar aqui nesta audiência.

De fato, a Caixa se preparou para processar todas as informações do eSocial. Para isso, ela contou — e essa foi uma coincidência dentro do contexto da entrada do eSocial — com o desenvolvimento de todo um novo sistema do Fundo de Garantia, com novas bases de dados, com novas rotinas e todo um conjunto de infraestrutura necessária para fazer essa comunicação.

Então, a Caixa está sim preparada para operacionalizar esse volume de informação que vai ser disponibilizado. Como citamos, isso tudo é integrado ao próprio motor operacional do FGTS, que gera todo o contexto de informação, milhões de extratos e de mensagens de SMS que são enviados todo os meses, e que realiza também o pagamento do Fundo de Garantia.

Então, tudo isso já está integrado, foram realizados todos os testes internos necessários, inclusive alguns testes de estresse dessa infraestrutura. Como citamos com muita clareza na nossa fala inicial das respostas, pretendíamos estar num grau de testes integrados um pouco maior, Deputado, mas, de prontidão, estamos adequados. É naquela linha mesmo da maturação, como falamos. Isso é um processo. O Maia toca nesses pontos, nesses eixos, ao falar da frequência devida e da necessidade de maturação de um processo. Estamos justamente nesse momento de maturação do processo. E não tem jeito de fazer a maturação sem ter





oportunidade de conversar com quem vai, de fato, utilizar a infraestrutura que disponibilizamos.

Concluindo, a Caixa está preparada, contando com a ajuda das empresas desenvolvedoras e dos empregadores, para que possamos vencer esse desafio.

Obrigado, Deputado, pelo convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado pela resposta.

Passaremos, então, a palavra ao Sr. Jarbas de Araújo Félix, Auditor-Fiscal da Receita Federal e da Secretaria de Previdência.

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - A situação toda é a seguinte: nós estamos participando desta audiência pública e deixamos de falar algumas coisas porque nós fomos mais breves no relato. Uma delas é que os órgãos públicos estão — e estamos, junto a eles — fazendo uma série de seminários e *workshops*.

Todos os Tribunais Superiores estão encampados nisso. São parceiros, assim como a iniciativa privada o é. Está havendo uma corrida para fazer toda a adequação, para que, no momento necessário, eles estejam preparados para isso. Eles estão, inclusive, disponibilizando aplicativos e a plataforma que já utilizam para que as coisas sejam feitas de maneira adequada, não só por eles, mas também pelos outros tribunais. No caso dos tribunais, eu queria dar um enfoque a isso.

Quanto às inserções de informações no eSocial, nós estamos sempre fazendo uma revisão, como já foi falado. Estamos fazendo a nossa parte nas obrigações acessórias. Algumas coisas que foram perguntadas aqui, quanto à SST, quanto à parte da legislação, o Maia já respondeu. E podemos incluir no *site* todo problema e dificuldade que ainda tenhamos, para alimentar a nossa Caixa e, assim, alimentar também o pessoal que está fazendo o desenvolvimento, para que ele possa ser correspondido.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui.

Sempre falo sobre o que nós estamos desenvolvendo em conjunto. Nas nossas discussões, tem que haver um consenso.



Algumas coisas foram, estão sendo e continuarão a ser tratadas. Sobre essa parte do seminário que pediram que nós organizássemos, nós fazemos isso com o GT Confederativo do eSocial já há algum tempo.

Como o Maia colocou, nós já temos contato com os senhores. Eu queria deixar claro que agora os Deputados entrarão conosco, para que saibam melhor o que é esse projeto e como a coisa funciona.

Obrigado a todos. Tenham uma boa semana!

Que Deus nos abençoe! Isso aqui não é fácil, não. Mas nós vamos vencer, com a oportunidade de todos estarmos juntos para alcançar um nível melhor para a sociedade, mesmo com divergências — faz parte do negócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - E que a Seleção Brasileira nos dê alegrias, não é? Afinal, o que somos nós sem o futebol?

**O SR. JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX** - Também!

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Passo, por último, a palavra ao Sr. Jonathas Rodrigo Bitencourt Duarte.

**O SR. JONATHAS RODRIGO BITENCOURT DUARTE** - Na verdade, como todas as dúvidas já foram esclarecidas pelos colegas, eu queria apenas agradecer o convite. Acho que a discussão foi bastante produtiva. É importante trazer esse assunto para este espaço.

É isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Celso Pansera. PT - RJ) - Isso é que é economizar palavras! (*Risos.*)

Eu só queria, antes de encerrar os trabalhos, contextualizar esta audiência. Como membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, participamos da realização deste evento em função do diálogo com empresas de TI. Nós percebemos que havia, de fato, uma preocupação muito grande em relação à entrada em funcionamento do sistema. É uma área em que atuamos principalmente. Já o Deputado Odorico Monteiro atua em outras Comissões que estavam envolvidas



nessa questão. Por fim, organizações de contadores nos procuraram relatando a dimensão da preocupação, e nós entramos nisso, até porque faz parte de nosso dever como Parlamentar acompanhar esse processo.

É óbvio que é um passo muito grande e necessário. Como falei antes, no dia em que a nossa lei de sigilo e uso de dados estiver em funcionamento, com uma autoridade nacional cuidando da questão dos dados, da Internet, acho que poderemos começar a dar um passo maior para unificação dos diversos bancos de dados.

Nós sabemos que a FIOCRUZ tem o SUS, alguém tem o Programa Bolsa Família, outrem tem o FGTS. Agora, estamos vendo que no eSocial há dois bancos de dados que procuram dialogar, mas não são os mesmos. O desejável é que, no futuro, nós consigamos ter isso tudo num único lugar e com uma interface que dialogue efetivamente. O TSE tem um grande banco de dados, e, nos próximos meses, vamos ter a identidade digital. Então, há um volume de informações muito grande. O interessante é que nós tenhamos uma infraestrutura pública com capacidade e segurança para guardar esse conjunto de informações e administrar isso. É por isso que nos interessa muito o debate desse assunto.

Por fim, concluindo os trabalhos, agradeço aos Srs. Parlamentares, aos nossos assessores, aos profissionais da imprensa, ao público em geral e, mais uma vez, aos senhores palestrantes as importantes contribuições trazidas ao debate.

Antes de finalizar, lembro que foi convocada reunião deliberativa ordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia para o dia 4 de julho, quarta-feira, às 10 horas, com pauta a ser divulgada.

Está encerrada esta audiência pública.